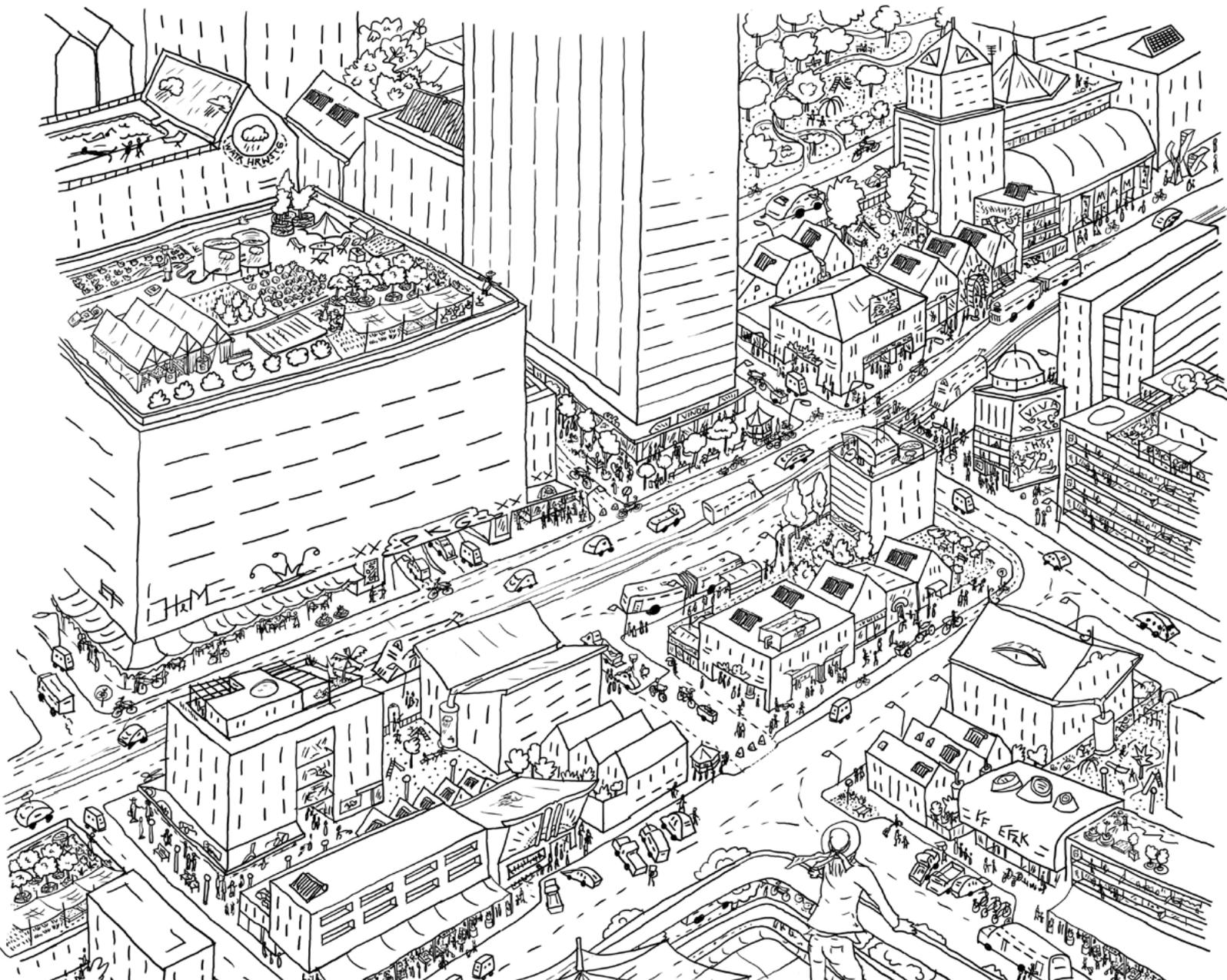


Ferramenta CityRAP

PLANEAMENTO DE AÇÕES DE RESILIÊNCIA DA CIDADE





Agradecimentos

Coordenador geral e originador: Mathias Spaliviero, Senior Human Settlements Officer, UN-Habitat.

Autores: Mathias Spaliviero, Luis Felipe Lopes, Chiara Tomaselli, Katharina Rochell, Marcia Guambe, Selene Angelone, Fruzsina Straus, Eva Comba.

Colaboradores: Pasquale Capizzi, Eduardo Feuerhake, Linda Zardo, Roberto Carrión, Thomaz Ramalho, Fruzsina Straus, Selene Angelone.

Ilustrações: Eduardo Feuerhake.

Edição: Katharina Rochell, Fruzsina Straus, Selene Angelone, Linda Zardo.

Design e layout: Denise Dalla Colletta, LAB Atelier, Selene Angelone.

A conceitualização da Ferramenta para o Planeamento de Ações de Resiliência da Cidade (CityRAP) data de 2015. A primeira versão da ferramenta foi testada em vinte cidades da África subsaariana e levou ao desenvolvimento de Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC). As lições aprendidas e o feedback dos revisores foram integrados nesta segunda versão da ferramenta.

O UN-Habitat agradece particularmente aos funcionários da cidade e ao pessoal municipal nas cidades onde o CityRAP foi realizado de 2015 a 2020, seja em sua plena implementação ou utilizando a modalidade de Treinamento de Treinadores, especificamente: Ouagadougou (Burkina Faso); Espargos, Praia e Santa Catarina (Cape Verde); Arada e Lideta sub-cidades de Adis-Abeba, Adama e Dire Dawa (Etiópia); Bafata e Bolama (Guiné-Bissau); Antala e Morondava (Madagascar); Lilongwe e Zomba (Malawi); Angoche, Chiure, Chokwe, Cuamba, Dondo, Metangula, Mocuba, Montepuez, e Vilankulo (Mozambique); Agua Grande e Neves (São Tomé and Príncipe); George, Port Alfred e Potchefstroom (South Africa); Fomboni e Moroni (Union of Comoros); Chipata e Lusaka (Zambia); Chipinge e Mutare (Zimbabwe). Seu valioso feedback tem contribuído muito para melhorar a metodologia.

Menção especial deve ser feita ao Professor Mark Pelling, London Kings College, e ao Dr. Shona Paterson, Future Earth Coasts. Como parte do programa de pesquisa Urban Africa Risk Knowledge (ARK), eles forneceram contribuições importantes para melhorar a Ferramenta CityRAP.

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

DiMSUR
Disaster Risk Management,
Sustainability and Urban Resilience

© Todos os direitos reservados

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos humanos (UN-Habitat) 2021

P.O. Box 30030 Nairobi 00100, Kenya

www.unhabitat.org

Centro Técnico para a Gestão de Riscos de Desastres, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DiMSUR)

dimsur.org | email: secretariat@dimsur.org

ÍNDICE



FIGURA 1
Foto aérea de Moroni, Comores. Crédito: Felix Vollmann / DiMSUR/ ONU-Habitat

6	INTRODUÇÃO
6	URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE
8	RESILIÊNCIA URBANA
10	VISÃO GERAL DA FERRAMENTA CITYRAP
11	FASE PREPARATÓRIA
12	FASE 1: COMPREENDER A RESILIÊNCIA URBANA
14	ATIVIDADE 1. CONCEITOS-CHAVE DE RISCO E RESILIÊNCIA URBANA
15	ATIVIDADE 2. APRESENTAÇÃO DA FERRAMENTA CITYRAP
15	ATIVIDADE 3. COMO CONSTRUIR A RESILIÊNCIA EM SUA CIDADE?
17	ATIVIDADE 4. EXERCÍCIO DE MAPEAMENTO DE RISCO DA CIDADE
21	ATIVIDADE 5. TREINAMENTO INTENSIVO COM OS PONTOS FOCAIS MUNICIPAIS PARA A FASE 2
22	FASE 2: COLETA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO
24	ATIVIDADE 1. QUESTIONÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO
25	ATIVIDADE 2. PLANEAMENTO PARTICIPATIVO AO NÍVEL DOS BAIRROS
27	ATIVIDADE 3. COMPILAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS
30	FASE 3: ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO
32	ATIVIDADE 1. PREPARANDO AS DISCUSSÕES DE GRUPOS FOCAIS
33	ATIVIDADE 2. DISCUSSÕES DE GRUPOS FOCAIS
36	ATIVIDADE 3. SEMINÁRIO DE PRIORIZAÇÃO
39	ATIVIDADE 4. TREINAMENTO DOS PONTOS FOCAIS PARA A ATIVIDADE 1 DA FASE 4
40	FASE 4 : ELABORAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PARA RESILIÊNCIA DA CIDADE (QuARC)
42	ATIVIDADE 1. AVALIAÇÃO DE BASE
45	ATIVIDADE 2. DEFINIÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS E SEMINÁRIO DE FORMULAÇÃO DO QuARC
53	ATIVIDADE 3. PREPARAÇÃO DA PRIMEIRA VERSÃO CONSOLIDADA DO QuARC
57	ATIVIDADE 4. SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO, ENDOSSO FORMAL E DIVULGAÇÃO DO QuARC
58	ANEXO 1: QUESTIONÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO
77	GLOSSÁRIO

INTRODUÇÃO

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE

A África Subsaariana é hoje uma das regiões que se urbaniza mais rapidamente no mundo. Espera-se que o crescimento da população urbana triplique em números absolutos entre 2015 e 2050. As cidades pequenas e intermediárias acomodam a maior parte da população urbana (54%), e continuarão a acomodar nas próximas décadas (UNDESA). As cidades africanas estão geralmente mal preparadas para enfrentar um crescimento populacional tão explosivo. Tendências semelhantes são testemunhadas na Ásia e no resto do mundo em desenvolvimento.

Grande parte da urbanização acelerada nas cidades e vilas da África Subsaariana acontece de maneira espontânea, ou seja, sem o acompanhamento de planos e regulamentação, mesmo quando existem. Como resultado, um grande número de residentes urbanos vivem em assentamentos informais que são muitas vezes vulneráveis a uma variedade de desastres naturais e antropogênicos. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas tem aumentado a ocorrência e o impacto dos desastres naturais, afetando milhões de residentes urbanos. Consequentemente, uma variedade de riscos urbanos acumulam-se e nota-se uma necessidade urgente de desenvolver a capacidade de cidades pequenas e intermediárias para a redução de riscos e o reforço da resiliência.

Neste contexto, o Programa das Nações Unidas para Assentos Humanos (UN-Habitat) e o Centro Técnico para a Gestão de Riscos de Desastres, Sustentabilidade

e Resiliência Urbana (DiMSUR) juntaram-se para desenvolver uma ferramenta para reforçar a capacidade de gestores e técnicos de cidades da África Subsaariana para a aumentar sua resiliência e reduzir os riscos de desastres de maneira eficaz.

A Ferramenta de Planeamento de Ações para Resiliência da Cidade (CityRAP) tem por objectivo apoiar e orientar governos locais de cidades de pequena a média dimensão, ou bairros/distritos de cidades maiores ou áreas metropolitanas, a planear e implementar ações práticas para reforçar a resiliência de suas cidades e vilas. A Ferramenta CityRAP tem como alvo principal os governos de cidades pequenas e médias com pouca ou nenhuma experiência em redução de risco de desastres e construção de resiliência, e uma população urbana com um máximo de 250.000 habitantes.

¹ Fundada pelos Governos de Madagáscar, Malawi, Moçambique e Comores, a DiMSUR visa desenvolver as capacidades locais, nacionais e subnacionais para a redução da vulnerabilidade e construção de resiliência a desastres naturais na região da África Austral. O Centro executa uma vasta gama de serviços nas áreas da redução do risco de desastres, adaptação às alterações climáticas e resiliência urbana. Para mais informações, queira visitar: www.dimsur.org.

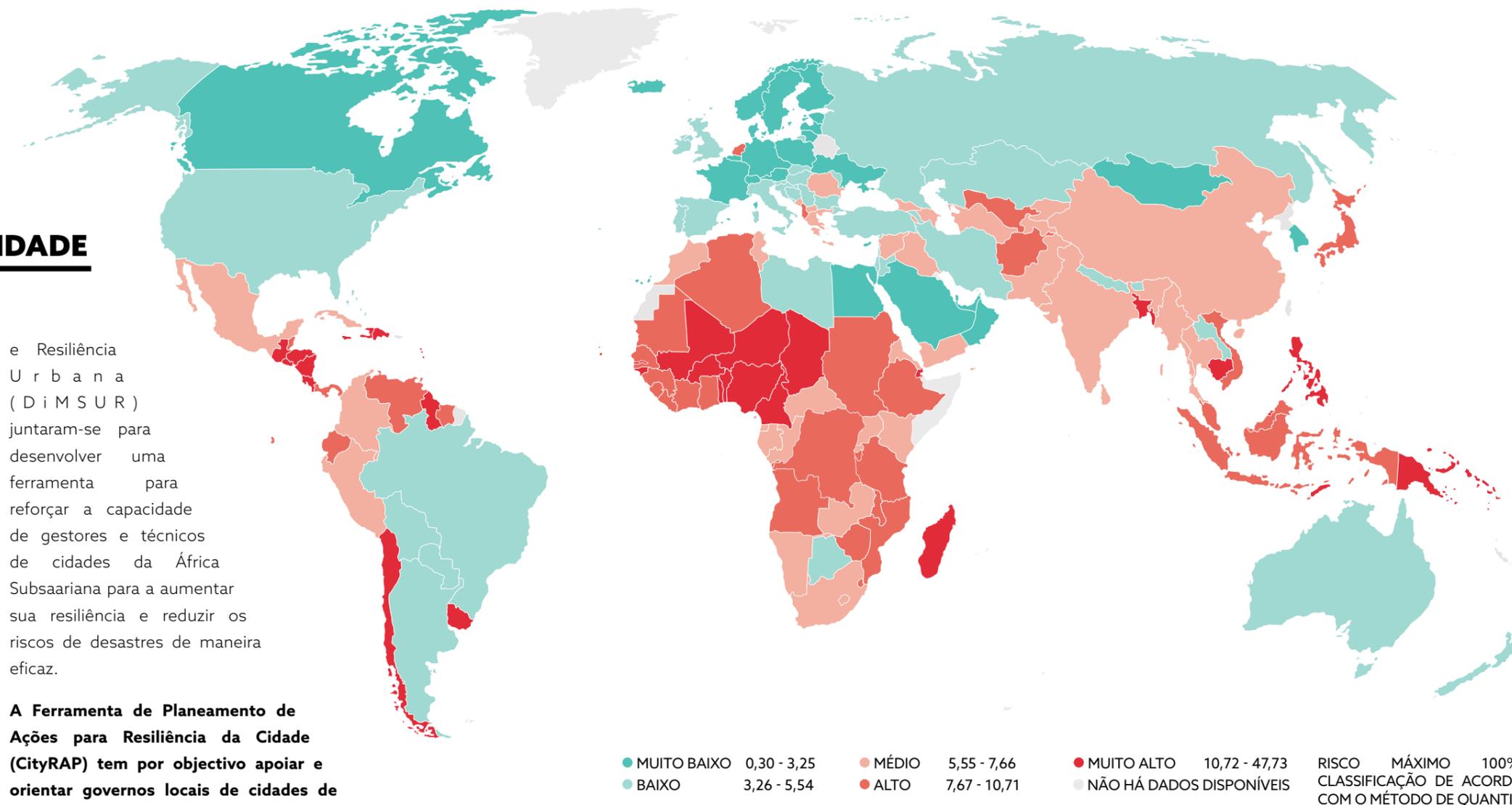


FIGURA 2
Mapa do Índice de Risco Mundial. Fonte: World Risk Report 2021.

O produto final do processo da ferramenta CityRAP é o **Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC)**. Trata-se de um documento de referência que permite aos governos locais e outras instituições pertinentes integrar a resiliência nas políticas, planos, orçamentos, desenhos institucionais e ações concretas existentes e futuras.

A Ferramenta CityRAP busca posicionar os governos locais e intervenientes locais no comando do processo de planeamento e construção de resiliência urbana. A ferramenta foi concebida de maneira a permitir que os

atores locais a adaptem e implementem com o mínimo de intervenção de especialistas externos, usando métodos práticos para colectar conhecimentos locais.

Um princípio-chave da ferramenta é a abordagem ascendente. Os intervenientes relevantes, comunidades e moradores urbanos estão envolvidos no processo através de exercícios participativos de mapeamento de risco, discussões de grupos focais e planeamento de ações transsectoriais.

RESILIÊNCIA URBANA



A capacidade de qualquer sistema urbano, com os seus habitantes ...

“ A resiliência urbana é a capacidade de qualquer sistema urbano, com os seus habitantes, de manter a continuidade através de todos os choques e tensões, ao mesmo tempo que se adapta e transforma positivamente para a sustentabilidade (ONU-Habitat)



...de manter a continuidade através de todos os choques ...



...e tensões, ...



...ao mesmo tempo que se adapta e transforma positivamente para a sustentabilidade.

FIGURA 3 Ilustrações da resiliência urbana.

OS CINCO PILARES DA RESILIÊNCIA URBANA DEFINIDOS NO CITYRAP²



FIGURA 4 Os 5 pilares da resiliência urbana pela DIMSUR

GOVERNAÇÃO URBANA

Governança urbana refere-se aos processos e estruturas que permitem a todos os atores locais participarem nos processos decisórios e influenciarem políticas públicas e estratégias para melhorar a gestão urbana e definir o desenvolvimento futuro da cidade. Este pilar está centrado na relação entre os cidadãos e o governo local, e requer um quadro legal adequado e processos políticos, administrativos e operacionais eficientes. A Governança Urbana é o “software” que permite que o “hardware” urbano funcione.

PLANEAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Este pilar refere-se a todos os aspectos relacionados com o planeamento e concepção do espaço urbano, a qualidade do ambiente natural (ar, água, solo), os espaços públicos/verdes e as mudanças climáticas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS RESILIENTES

O acesso de todos os cidadãos à infraestrutura e aos serviços básicos é central para responder às necessidades da população e representam uma condição chave para a cidade funcionar e se desenvolver. Este pilar refere-se ao “hardware” urbano mencionado no pilar acima e inclui,

dentre outros: estradas e ruas, pontes, drenagem, provisão de água e eletricidade, saneamento e gestão de resíduos sólidos, hospitais, escolas, etc. Considerando o número crescente de choques e estresses que afetam as cidades e vilas no mundo nos anos recentes, especialmente na forma de ameaças naturais, é essencial que o desenho e a gestão da infraestrutura e dos serviços básicos integrem de maneira completa o conceito de resiliência.

ECONOMIA E SOCIEDADE URBANA

Este pilar refere-se às estratégias, políticas e mecanismos que reforçam a capacidade das cidades e vilas de alcançarem seu máximo potencial como condutoras do desenvolvimento econômico e social, de criação de empregos e geração de renda, ao passo que às inquietações sociais e a criminalidade urbana são reduzidas, aumentando a igualdade, a diversidade social e a segurança.

GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES URBANOS

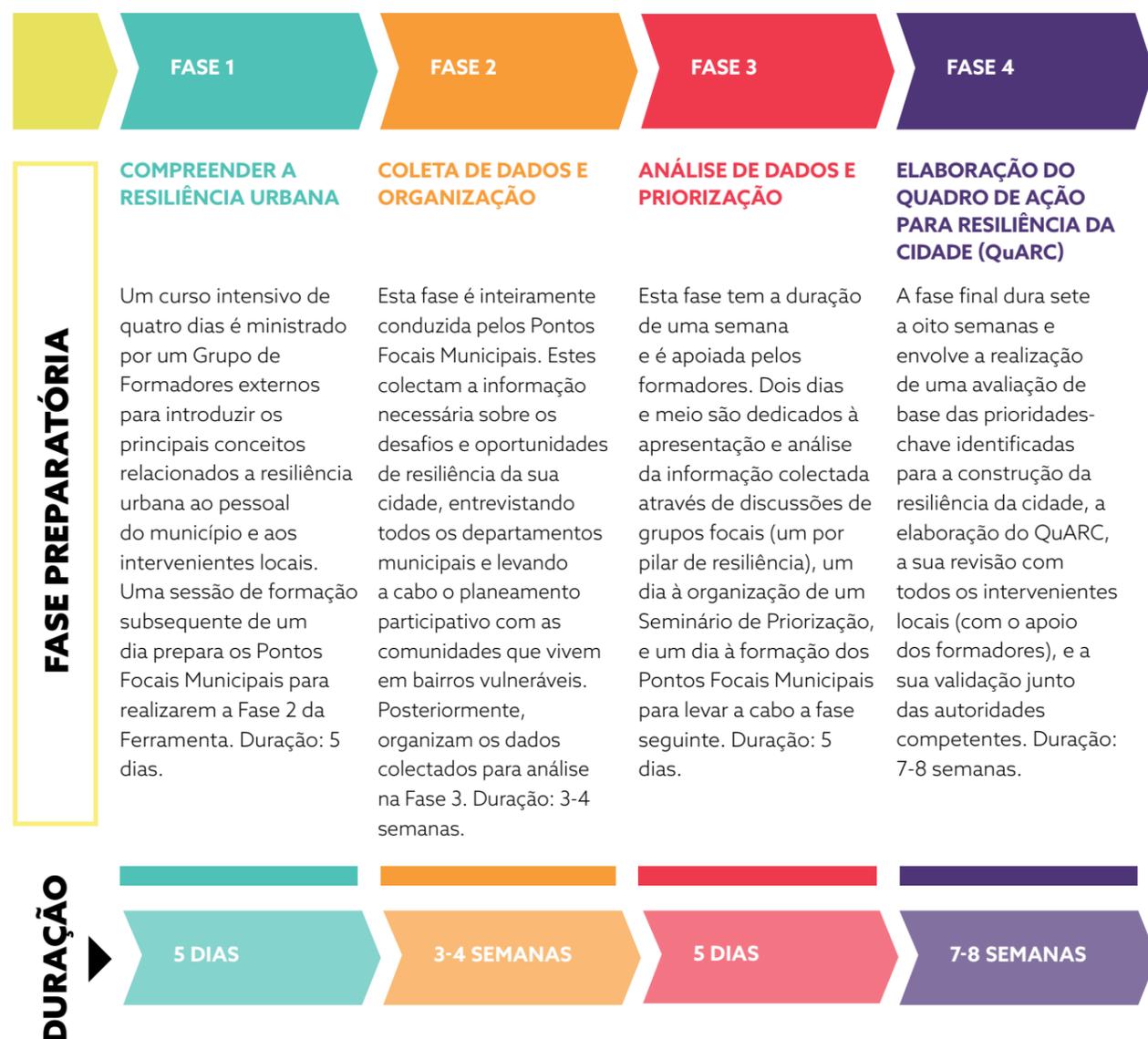
Este pilar refere-se à capacidade do governo local e das comunidades, em termos de capacidade, conhecimentos, processos e sistemas em vigor, para prevenir, antecipar, responder e recuperar rapidamente dos impactos das ameaças das ameaças naturais e antropogênicas na cidade.

² O quadro de resiliência aqui proposto, com cinco pilares inter-relacionados, é específico da Ferramenta CityRAP e não pretende ser totalmente abrangente ou substituir outros quadros existentes na literatura. A intenção é apenas definir uma estrutura teórica para recolher dados a nível da cidade relacionados com a resiliência. Outras estruturas poderiam ser propostas.

VISÃO GERAL DA FERRAMENTA CITYRAP

A Ferramenta CityRAP é uma metodologia de planificação da resiliência participativa passo a passo que inclui uma série de treinamentos, exercícios e atividades que tem como alvo as autoridades e técnicos municipais, intervenientes locais e comunidades. O processo padrão de implementação da Ferramenta dura entre três a quatro meses, e está dividido em quatro fases descritas abaixo. Um Grupo de Formadores externos dá início ao processo e apoia-o ao longo de cada fase, a diferentes níveis - por vezes de forma presencial e outras vezes estando disponível como um recurso remoto.

Um pequeno grupo de mínimo de 3 pessoas deve ser formado para liderar a implementação do processo, denominados de Pontos Focais Municipais. Os Pontos Focais têm um papel particularmente importante na condução de atividades chave tais como a recolha de dados, o apoio a análise de dados, a facilitação do processo de discussão assegurando uma comunicação eficaz com parceiros/intervenientes e envolvendo-se ativamente com as comunidades através de uma abordagem participativa, e a elaboração de o Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC).



FASE PREPARATÓRIA

A preparação para a implementação do CityRAP é um passo fundamental para assegurar o sucesso do processo da ferramenta. O principal objectivo da Fase Preparatória é assegurar que o município alvo onde o CityRAP será implementado está plenamente informado e empenhado no processo, com um claro entendimento de que o Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC) se destina, em última análise, a servir a cidade para aumentar a sua resiliência. É essencial que o governo local, especialmente através dos Pontos Focais

Municipais designados, tome a liderança do processo e assuma posição central. Durante a fase preparatória, o Grupo de Formadores externos colecta dados gerais sobre a cidade a fim de adaptar o processo da Ferramenta CityRAP ao contexto local (ver as atividades detalhadas desta fase na tabela seguinte). Recomenda-se que o contacto com o município comece pelo menos um mês antes do início da Fase 1 do CityRAP.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Reunião preparatória com o Prefeito e a administração municipal	Uma primeira reunião deve ser realizada com o Prefeito e seu gabinete para fornecer uma visão detalhada do processo CityRAP e assegurar um alto nível de compromisso com a atividade. Nessa ocasião, o Prefeito deve assinar um Termo de Compromisso (Anexo 1: http://dmsur.org/elementor-12886/), onde declara-se claramente todos os benefícios e contribuições necessários para a implementação da ferramenta.
Seleção dos Pontos Focais Municipais	O processo CityRAP será implementado principalmente pelos Pontos Focais Municipais com o apoio do Grupo de Formadores externos. O município deve selecionar ao menos 3 pontos focais (pelo menos uma deve ser do sexo feminino) que terão a responsabilidade de conduzir as tarefas necessárias durante todas as fases subsequentes da ferramenta. Os suplentes devem ser nomeados para os cobrir quando não estiverem disponíveis.
Preenchimento do Questionário Preparatório	Uma série de informações é necessária para adaptar o processo CityRAP ao contexto local e para melhor preparar as próximas fases. O município terá de fornecer esta informação através do preenchimento do Questionário Preparatório (Anexo 2: http://dmsur.org/elementor-12886/).
Condução da Análise de Partes Interessadas	Com o objectivo de assegurar a participação efetiva dos diversos sectores da população do município e intervenientes locais, uma análise das partes interessadas deve ser realizada. (Anexo 3: http://dmsur.org/elementor-12886/). Para assegurar a representação e a inclusividade, estes grupos devem ser convidados para os seminários de formação e consulta.

TABELA 1 Principais atividades a realizar durante a fase preparatória

DURAÇÃO	OBJETIVOS E BREVE DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
5 dias, incluindo 4 dias para ministrar o Curso Intensivo e um dia para treinar os Pontos Focais Municipais.	Um Grupo de Formadores é mobilizada para levar a cabo um curso intensivo dirigido aos intervenientes municipais e locais. O objectivo do curso é alcançar um entendimento básico comum dos conceitos de risco urbano e resiliência, concentrando-se na desmistificação da sua complexidade. O curso é organizado como uma série de sessões interativas que incluem exercícios de grupo, jogos, materiais audiovisuais, debates, etc. O último dia da Fase 1 é dedicado à formação dos Pontos Focais Municipais para os preparar a conduzir a Fase 2.	<ul style="list-style-type: none"> Todos os participantes do curso intensivo compreendem e estão confortáveis usando os conceitos-chave relacionados com o risco e a resiliência urbanos; Todos participantes estão familiarizados com uma vasta gama de ações concretas para reforçar a resiliência nas suas cidades; Todos participantes conhecem o processo da Ferramenta; O grupo de Pontos Focais Municipais está formada e preparada para liderar de forma autônoma as subseqüentes fases do processo CityRAP; Um mapa de risco da cidade é produzido de maneira participativa.

O cronograma abaixo indica como todas principais atividades da Fase 3 podem ser organizadas em uma semana.

HORA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
9:00-13:00	Introdução aos conceitos-chave de risco e resiliência urbana Exibição do filme «A mudança» e discussão	«Como construir a resiliência da sua cidade?» - Apresentação dos 5 pilares da resiliência urbana	«Como construir a resiliência da sua cidade?» - Apresentação dos 5 pilares da resiliência urbana (cont.)	Exercício de Mapeamento de Risco da Cidade: mapeamento ambiental e de risco	Formação de Pontos Focais Municipais para a Atividade 1 (auto-avaliação municipal) e Atividade 2 (planeamento participativo nos bairros) da Fase 2
13:00-14:00	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14:00-17:00	Apresentação da Ferramenta CityRAP	«Como construir a resiliência da sua cidade?» - Apresentação dos 5 pilares da resiliência urbana (cont.)	Introdução à importância do planeamento participativo Exercício de Mapeamento de Risco da Cidade: mapeamento de base	Visita de campo aos bairros vulneráveis selecionados (apenas Grupo de Formadores e Pontos Focais Municipais)	Formação de Pontos Focais Municipais para a Atividade 3 (compilação e organização dos dados) da Fase 2

TABELA 2
Cronograma sugerido para a Fase 1

FASE 1

COMPREENDER A RESILIÊNCIA URBANA

ATIVIDADE 1: CONCEITOS-CHAVE DE RISCO E RESILIÊNCIA URBANA

Ao final desta sessão, os participantes deverão:

- > Compreender os conceitos de probabilidade de ameaças, vulnerabilidade, exposição, sensibilidade, capacidades de enfrentamento e adaptativas;
- > Estar cientes dos diferentes tipos de riscos e seus impactos na sociedade;
- > Estar familiarizados com a natureza da urbanização na região e compreender as vulnerabilidade urbanas existentes.

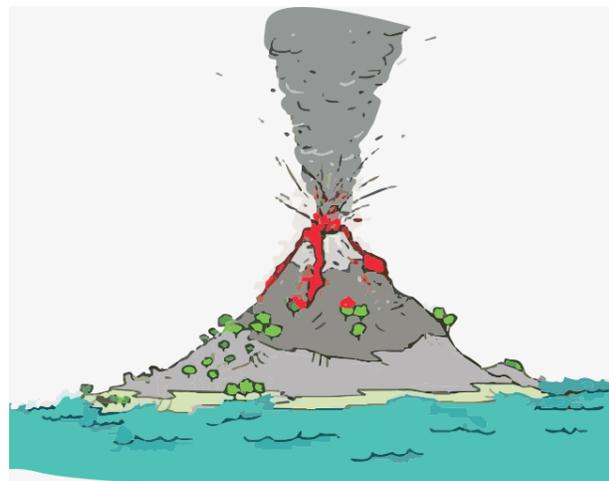


FIGURA 5A
Uma ameaça/perigo extrema não é o suficiente para desencadear um desastre. Uma erupção vulcânica em uma ilha isolada não habitada, por exemplo, não resultará em um desastre natural.

1. Uma ameaça (um evento extremo natural ou antropogênicos) não desencadeia um desastre por si só. Desastres ocorrem quando pessoas estão expostas as ameaças e são incapazes de lidar com as mesmas (Figuras 5A e 5B).
2. A urbanização rápida e não planeada, como observada nos países em desenvolvimento, aumenta o nível de vulnerabilidade aos perigos nas cidades.
3. Os grupos mais vulneráveis tendem a ser as comunidades urbanas mais pobres situadas em assentamentos informais, muitas vezes localizados em zonas de alto risco sujeitas a inundações, erosão, incêndios, deslizamentos de terras, etc.
4. Desastres naturais ou antropogênicos afetam todas as áreas da sociedade, podendo gerar impactos nas mais diversas áreas como saúde, ambiente, infraestruturas, sociedade, economia, etc.
5. As mudanças climáticas estão aumentando a frequência, gravidade e incerteza dos desastres, criando um sério desafio para as cidades, que, especialmente no mundo em desenvolvimento, precisam preparar-se melhor.

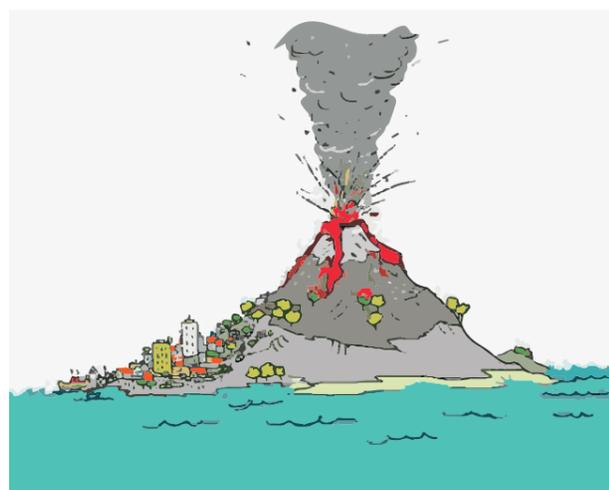


FIGURA 5B
Desastres ocorrem quando pessoas estão expostas às ameaças e quando eles são incapazes de lidar com elas. Se a ilha é habitada, há alto risco de desastres naturais.

Projeção do filme «A mudança» (<https://vimeo.com/75911282>), que é um desenho animado educativo que explica de formas simples e de maneira divertida os problemas decorrentes das mudanças climáticas e possíveis soluções para as comunidades. O objectivo é sensibilizar e estimular debates sobre os riscos existentes e as maneiras de mitigar seus efeitos na sociedade. Versão para download: <http://dmsur.org/elementor-12886/>.

ATIVIDADE 2: APRESENTAÇÃO DA FERRAMENTA CITYRAP

Nesta sessão, as diferentes fases da ferramenta são apresentadas sob uma perspectiva metodológica, incluindo os princípios que regem a ferramenta (ver a apresentação no Anexo 4: <http://dmsur.org/elementor-12886/>).

ATIVIDADE 3: COMO CONSTRUIR A RESILIÊNCIA EM SUA CIDADE?

Nesta sessão, os diferentes pilares da resiliência urbana são apresentados aos participantes. Alguns exemplos das ações para cada pilar de resiliência são apresentados na tabela 3 a seguir. Esta sessão inclui também exercícios, jogos e atividades interativas para facilitar discussões produtivas sobre questões relacionadas com o risco e a resiliência urbana e aplicar os seus conceitos-chave.

Ao final desta sessão, os participantes terão conhecimentos sobre boas práticas para cada componente de resiliência do quadro da Ferramenta CityRAP, nomeadamente: Governação Urbana; Infraestrutura e Serviços Básicos Resilientes; Economia e Sociedade Urbana; Gestão de Riscos de Desastres Urbanos; Planeamento urbano e meio ambiente.



FIGURA 6
Perigos e tensões que afetam as cidades.

PILAR DA RESILIÊNCIA	BOAS PRÁTICAS
GOVERNAÇÃO URBANA	<ul style="list-style-type: none"> > Melhorar a capacidade organizacional dos diferentes intervenientes (câmara municipal, comunidade, organizações da sociedade civil, etc.) > Garantir a participação durante os principais processos de decisão > Estabelecer sistemas de finanças municipais eficientes > Melhorar e aplicar o quadro jurídico
PLANEAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> > Gerar dados e estabelecer sistemas de informação para a planificação > Promover o planeamento participativo, especialmente para melhorar os assentamentos informais > Melhorar e fiscalizar o uso de códigos de construção > Projetar e criar espaços públicos seguros > Considerar seriamente a proteção ambiental enquanto planeia o crescimento da cidade no futuro
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS RESILIENTES	<ul style="list-style-type: none"> > Melhorar o acesso a serviços básicos/sociais, tais como água, saneamento, escolas e serviços de saúde, especialmente em áreas carentes de serviços da cidade > Projetar, criar e manter drenagem adequada > Promover os 3 R (reduzir, reutilizar e reciclar) para a gestão de resíduos sólidos, bem como o acesso a energia limpa/renovável > Assegurar uma mobilidade mais eficiente na cidade, repensando a rede rodoviária e promovendo os serviços de transporte público
ECONOMIA E SOCIEDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> > Criar oportunidades de emprego/geração de renda na cidade, de acordo com diferentes perfis, incluindo mão-de-obra não qualificada/formada > Promover a inclusão e a coesão social através da mistura social na cidade, ou seja, diferentes categorias sociais que vivem no mesmo bairro > Melhorar a segurança urbana e o empoderamento das mulheres através da sensibilização, da concepção adequada dos espaços públicos, de melhor iluminação pública e da promoção do policiamento comunitário > Promover a agricultura periurbana para estabelecer uma base sólida para o reforço da segurança alimentar na cidade
GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> > Sensibilizar sobre os diferentes tipos de riscos urbanos a nível da comunidade, bem como a identificação de soluções viáveis para a prevenção e preparação para as catástrofes > Promover a cultura de «reconstruir melhor»

TABELA 3
Exemplos de boas práticas dentro de cada pilar de resiliência

ATIVIDADE 4: EXERCÍCIO DE MAPEAMENTO DE RISCO DA CIDADE

Ao final desta sessão, os participantes terão:

- > Trocado conhecimento sobre seu próprio território, seus riscos naturais e socioeconômicos;
- > Produzido o primeiro esboço de um mapa de riscos da cidade;
- > Selecionado pelo menos dois bairros vulneráveis onde o exercício de planeamento participativo (Fase 2) deverá ocorrer.

Os Pontos Focais Municipais estarão preparados para realizar o planeamento participativo nos bairros da Fase 2.

Os formadores que conduzem o curso intensivo fazem uma apresentação sobre a importância do planeamento participativo e o papel desempenhado pelos mapas no processo (veja o quadro sobre planeamento participativo na próxima página).

O Grupo de Formadores vai apresentar cópias impressas de imagens satélite da cidade em alta resolução (por exemplo, extraído do Google Earth). Um guião (ver página 17) será usado como referência para o exercício de mapeamento participativo de riscos da cidade, seguindo os seguintes passos:

> **Mapeamento de base:** uma cópia da imagem satélite e diferentes cores e símbolos podem ser usados para colectar informações dos participantes sobre o uso e cobertura da terra, infraestrutura e serviços principais, e outras características importantes da área urbana detalhadas no guião (ver diretrizes na tabela 4); uma legenda é preparada em conformidade.

> **Mapeamento ambiental e de risco:** na mesma imagem

satélite, os participantes devem identificar, em cores diferentes, áreas ecologicamente sensíveis propensas a inundações, incêndios, deslizamentos de terras, erosão, etc.; outros riscos socioeconômicos relevantes devem também ser mapeados, tais como áreas com elevado nível de pobreza, criminalidade, etc.; áreas/ refúgios seguros e rotas de evacuação devem ser claramente marcadas.



FIGURA 7
Os participantes lideram o mapeamento participativo a nível da cidade na Guiné Bissau. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

COMO APLICAR O PLANEAMENTO PARTICIPATIVO AO REFORÇO DA RESILIÊNCIA DA CIDADE?

A experiência mostra que a adoção de uma abordagem de planeamento participativo aumenta as hipóteses de sucesso de um projeto ou iniciativa. O planeamento participativo significa que todos os grupos de intervenientes relevantes estão envolvidos desde o início do processo, com o objectivo de trocar ideias uns com os outros e tomar decisões consensuais. Esta abordagem melhora a coesão social na medida em que ajuda a construir confiança e a resolver potenciais conflitos entre as diferentes partes envolvidas, assegurando a transparência na tomada de decisão. É também um método rentável porque se baseia nos conhecimentos locais existentes e facilita a implementação sem problemas das atividades planeadas. O planeamento participativo gera a adesão e alivia a resistência à implementação das decisões adotadas, pelo facto de que todos os grupos interessados estão envolvidos no processo de tomada de decisão desde o início. Finalmente, esta abordagem cria apropriação entre as partes interessadas, identifica responsabilidades claras e promove o compromisso conjunto das partes envolvidas.

Para que um processo de planeamento participativo seja bem sucedido, o cumprimento das três condições seguintes é de importância crucial:

1. Assegurar uma participação inclusiva e relevante: todos os grupos de intervenientes devem estar representados, incluindo as autoridades tradicionais e religiosas; representantes das autoridades públicas locais, subnacionais e centrais; associações locais e

organizações não governamentais; o sector privado; instituições académicas, e os meios de comunicação social (N.B.: esta lista não é exaustiva e deve ser adaptada a cada contexto local). Para o mapeamento de risco à escala da cidade é fundamental que estejam presentes representantes da comunidade de todos os bairros, a fim de se obter uma compreensão abrangente do estado da cidade. Assegurar o equilíbrio de género e idade entre os participantes é essencial em todas as atividades.

2. Utilizar imagens de satélite de alta qualidade: a representação visual das diferentes partes da cidade e das suas comunidades dá aos participantes uma imagem mais tangível e precisa da situação existente na área estudada. Ser capaz de reconhecer as suas próprias áreas residenciais nas imagens de satélite inspira os participantes a tomar parte ativa na análise de problemas e na identificação de soluções. As imagens desempenham um papel crucial no centro do processo de planeamento participativo.

3. Seleção de um bom facilitador: é importante ter um facilitador competente e neutro que lidere o processo de planeamento participativo. O facilitador deve ser respeitado por todas as partes e possuir as competências técnicas e de comunicação necessárias. O seu papel principal é assegurar um diálogo produtivo entre os intervenientes locais, ajudá-los a compreender e a localizarem-se na imagem de satélite, facilitar a identificação de problemas e soluções viáveis para as áreas em estudo, e apoiar os participantes na definição das ações prioritárias.

DIRETRIZES PARA O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE RISCO DA CIDADE

Durante o mapeamento de riscos da cidade, ao menos dois bairros prioritários serão selecionados de acordo com aspectos ambientais e socioeconómicos. Neste exercício, os participantes podem ser divididos em grupos e podem ser solicitados a responder às seguintes perguntas:

1. Quais áreas da cidade são as mais afetadas por ameaças naturais ou outros riscos (por exemplo: inundações, incêndios, ventos fortes, erosão, deslizamentos de terras, entre outros)?

2. Quais são os bairros onde se registam níveis mais elevados de criminalidade e descontentamento social, falta de serviços básicos ou onde faltam infraestruturas chave?

Todos os grupos deverão apresentar suas avaliações e explicar quais são os bairros prioritários propostos e como o exercício foi conduzido. Após todas as apresentações, todos deverão juntos selecionar ao menos dois bairros prioritários por meio de uma discussão colectiva.

PILAR DA RESILIÊNCIA	DIRETRIZES
GOVERNAÇÃO URBANA	Localize os vários edifícios administrativos/governamentais na sua cidade, incluindo a nível de bairro, conforme aplicável.
PLANEAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	Distinguir áreas planeadas de não planeadas; depois identificar, conforme apropriado: áreas industriais, áreas agrícolas, áreas ambientalmente sensíveis, principais espaços públicos (por exemplo, praças públicas, parques, instalações desportivas e recreativas, etc.), outros usos do solo relevantes.
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS RESILIENTES	Localizar os seguintes serviços/infraestruturas na sua cidade: <ul style="list-style-type: none"> > Comunicação: estação de rádio/TV, torres de telemóveis e infraestruturas de telecomunicações existentes; > Serviços de segurança: serviços de bombeiros, esquadras de polícia, etc.; > Água, saneamento e energia: rede de drenagem primária, principais tanques de água/estações de armazenamento de água, infraestrutura de tratamento de águas residuais, etc. > Transportes: estradas principais, estação de autocarros, aeroporto, estação de comboios e vias férreas, etc.; > Principais instalações públicas: universidade, escolas, centros de saúde, mercados, etc.
ECONOMIA E SOCIEDADE URBANA	Identificar as zonas mais pobres da cidade, bem como as zonas onde se registaram surtos de epidemias/doenças (por exemplo, cólera, malária, etc.) ou onde se observam elevados níveis de criminalidade. Identificar a localização de instalações económicas importantes (bancos, centros comerciais, shoppings, mercados, etc.).
GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES URBANOS	Mapear as áreas da sua cidade que foram afetadas por perigos naturais no passado, tais como inundações, ventos fortes, incêndios, erosão, deslizamentos de terras, etc. Identifique também os locais/ refúgios seguros e as rotas de evacuação.

TABELA 4
Diretrizes para o exercício de mapeamento de risco da cidade



FIGURA 8
Um participante do curso CityRAP tira uma fotografia dos resultados do exercício de mapeamento de risco da cidade em Lusaka, Zâmbia. Crédito: DIMSUR/ONU-Habitat



FIGURA 9 Exemplo de mapa de risco da cidade. Produzido durante o Curso Intensivo na cidade de Chipata, Zâmbia. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

EXERCÍCIOS, JOGOS E ATIVIDADES INTERATIVAS

1. O Jogo da Cidade Resiliente

Durante este exercício os participantes colocarão em prática o conhecimento adquirido. Serão divididos em grupos aos quais será então atribuído um estudo de caso descrevendo uma catástrofe específica em curso num contexto urbano. Utilizando cartões que descrevem possíveis atividades a desenvolver, cada grupo terá que definir quais ações prioritárias podem ser implementadas para construir resiliência em suas cidades de acordo com um perfil de risco específico.

2. Estimulando o Debate

Olha o desenho à direita e tenta responder à pergunta. Vamos ter uma discussão frutífera sobre questões-chave relacionadas com o risco e a resiliência urbana.

VEMOS ISTO ACONTECENDO TODOS OS DIAS, MAIS E MAIS. POR QUE ISTO ACONTECE?



FIGURA 10 Ilustrações didáticas são utilizadas para as discussões.

ATIVIDADE 5:

TREINAMENTO INTENSIVO COM OS PONTOS FOCAIS MUNICIPAIS PARA A FASE 2

Ao final desta sessão, o grupo de Pontos Focais selecionados para liderar a implementação da ferramenta CityRAP estará preparada para conduzir de maneira autônoma as tarefas da Fase 2.

Esta sessão consiste em uma simulação das diferentes tarefas a serem conduzidas durante a Fase 2 da ferramenta:

- Na Atividade 1 da Fase 2, o grupo de Ponto Focais será preparada para conduzir entrevistas sectoriais com os diferentes departamentos municipais com o intuito de obter respostas para o questionário de auto-avaliação. Durante a simulação, os formadores sublinham a importância de explicar a cada departamento municipal as quatro opções disponíveis ao responder a cada pergunta e a necessidade de selecionar uma única resposta por pergunta. Além disso, as perguntas têm de ser respondidas tendo em consideração o contexto específico: por exemplo, se o CityRAP for implementado num bairro de uma grande cidade (mais de 250.000 pessoas), cada pergunta deve-se referir a ele, e ao órgão de administração específico, se existir. Os formadores apoiam os Pontos Focais Municipais na organização da sua agenda para levar a cabo as entrevistas na semana seguinte.
- A Atividade 2 da Fase 2 diz respeito ao planeamento participativo ao nível dos bairros vulneráveis selecionados na Fase 1. Os princípios-chave destacados durante a

formação sobre o mapeamento de risco da cidade devem ser repetidos. Em particular, os formadores reafirmam a importância de uma participação equilibrada em termos de gênero e de mediação das opiniões da comunidade até se chegar a um consenso sobre as questões prioritárias a considerar. Idealmente, se o tempo permitir, os formadores deveriam acompanhar os Pontos Focais Municipais aos bairros selecionados e contactar os líderes comunitários na preparação da sessão de planeamento participativo a ser levada a cabo. Se tal não for possível, pelo menos uma visita de campo deve ser organizada a fim de recolher mais informações tendo em vista as próximas fases. Isto poderia ser programado para a mesma formação de um dia dos Pontos Focais Municipais, ou no final do Curso Intensivo, na tarde do quarto dia.

- No que respeita à Atividade 3 da Fase 2, os Pontos Focais Municipais recebem formação sobre como compilar os dados resultantes da simulação utilizando o questionário de auto-avaliação (Atividade 1 da Fase 2) e de uma hipotética sessão de planeamento participativo a nível da comunidade, em preparação para a Fase 3.



FIGURA 11 Treinamento de Pontos Focais Municipais em Moroni, Comores. Crédito: Felix Vollmann / DiMSUR/ ONU-Habitat

FASE 2

COLETA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

DURAÇÃO	OBJETIVOS E BREVE DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
3-4 semanas	<p>Colectar e organizar os dados e informações necessários:</p> <ul style="list-style-type: none"> O estado da resiliência da cidade tal como é percebida pelos diferentes departamentos municipais; As prioridades das comunidades para reforçar a resiliência dos seus bairros. <p>A metodologia de colecta de dados inclui a implementação de um questionário de auto-avaliação, a utilização de imagens de satélite para realizar as sessões de planeamento participativo a nível da comunidade, e o desenvolvimento da Matriz de Resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Questionário de auto-avaliação preenchido por todos os sectores; uma folha de resposta compilando todas as respostas para cada departamento municipal foi preparada; Comunidades de ao menos dois bairros foram consultadas para o exercício de mapeamento e planeamento de riscos participativo; Toda a informação colectada é compilada na Matriz de Resultados e como uma lista de questões prioritárias por bairro.

ATIVIDADE 1: QUESTIONÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO

O objectivo da atividade 1 é que o Município conduza uma auto-avaliação em relação a resiliência da cidade. O principal instrumento para este exercício é o Questionário de Auto-avaliação (Anexo 5: <http://dmsur.org/elementor-12886/> e disponível na página 58 deste livro). O questionário inclui um conjunto de quatro respostas opcionais para as quais apenas uma deve ser selecionada por departamento.

Ao final desta atividade, os Pontos Focais Municipais:

- > Terão conduzido o questionário de auto-avaliação em todos os departamentos municipais;
- > Terão uma visão geral do estado da resiliência da cidade.

Os Pontos Focais Municipais fazem marcações com cada departamento municipal e explicam o objectivo da atividade, ou seja, solicitar as suas percepções sobre o estado da resiliência da cidade (ou da resiliência do bairro/distrito). Ao menos dois membros de cada departamento municipal devem estar presentes durante reuniões para consultas, com tempo suficiente disponível para responder a todas as perguntas. Os grupos de cada departamento devem discutir e decidir qual resposta é a apropriada. O grupo de Pontos Focais Municipais facilita o processo, preenchendo a Folha de Respostas, incluindo comentários em caso de questões importantes, que serão posteriormente discutidas durante a Fase 3.

EXEMPLO DE COMO PREENCHER A FOLHA DE RESPOSTA

Nome do departamento municipal entrevistado		Possíveis respostas para cada pergunta. Circule a resposta que for consensualmente aceita pelo pessoal municipal				Quando há desacordos entre os representantes consultados em um departamento sobre a resposta, comentários devem ser incluídos	
DEPARTAMENTO MUNICIPAL: GABINETE DO PREFEITO							
PILAR 1: GOVERNAÇÃO URBANA							
TEMAS	Nº	QUESTÕES	RESPOSTAS				COMENTÁRIOS
			4	3	2	1	
	1	Seu departamento municipal tem funcionários capacitados suficientes para realizar as tarefas diárias?	Sim, os funcionários têm as habilidades necessárias para executar suas responsabilidades diárias	A maioria dos funcionários têm as habilidades necessárias	Menos de metade dos funcionários têm as habilidades necessárias	O departamento tem poucos funcionários capacitados	
CAPACIDADE ORGANIZACIONAL	2	Seu departamento municipal tem funcionários que se preocupam ou têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco?	Sim, os funcionários preocupam-se e têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco	Sim, o departamento tem alguns funcionários com este tipo de preocupação ou conhecimento	Sim, o departamento tem pelo menos um funcionário com este tipo de preocupação ou conhecimento	Não, ninguém em nosso departamento tem este tipo de preocupação ou conhecimento	

TABELA 5
Preenchendo a Folha de Respostas

ATIVIDADE 2: PLANEAMENTO PARTICIPATIVO AO NÍVEL DOS BAIRROS

Ao final desta atividade:

- > As comunidades dos bairros vulneráveis selecionados na Fase 1 foram ativamente envolvidas no processo através de consultas e planeamento participativo;
- > O conhecimento local é aproveitado para identificar, dar prioridade e encontrar possíveis soluções para os riscos potenciais nos bairros de uma forma participativa.

Através desta atividade, o planeamento participativo é implementado nos bairros vulneráveis selecionados durante a Fase 1 (Atividade 3), com os Objetivos de (i) colectar e mapear informação sobre os riscos potenciais que afetam estes bairros, com base no conhecimento e experiência das comunidades, e listá-los por ordem de prioridade; e (ii) discutir com as comunidades soluções viáveis para reduzir os riscos identificados e construir resiliência.

Esta atividade fundamental assegura que as comunidades mais vulneráveis sejam ouvidas e participem ativamente no processo de planeamento da resiliência da cidade. Isto contribui para capacitar estas comunidades e assegurar que as suas necessidades e ideias sejam devidamente tidas em conta. Consiste em três passos:

Passo 1. Preparação da consulta comunitária

Antes de se deslocar para o campo, os Pontos Focais do Município devem proceder com os seguintes passos:

1. Preparar uma cópia grande (idealmente em formato A0 ou A1) de imagem satélite de alta resolução (por exemplo, extraído do Google Earth) do bairro a uma escala maior de forma a que esta possa servir como principal auxílio geográfico para a sessão de planeamento participativo. Esta ajudará aos membros das comunidades a reconhecer o seu território no qual eles vivem (N.B.: deve ser possível distinguir facilmente as casas individuais dentro dela) e deste modo vão contribuir melhor para o exercício todo.
2. Tornar-se familiar com o Questionário de Auto-Avaliação (página 58) e adaptar as questões relevantes à consulta comunitária específica, caso seja necessário.
3. Interagir com os líderes comunitários a nível do bairro para apresentar o exercício, coordenar o processo de preparação e identificar os diferentes parceiros locais que deverão participar na atividade (ex.: líderes tradicionais,



FIGURA 12
O planeamento participativo cria confiança entre as autoridades locais e as comunidades; assegura a apropriação. As comunidades que conhecem o desenvolvimento dos seus bairros são mais propensas a assegurar que as intervenções sejam bem mantidas. Crédito: Akhtar Shah

líderes religiosos, representantes dos vários sectores da educação, saúde, negócios, etc). Uma discussão efetiva não deverá exceder o máximo de 40 participantes, respeitando portanto, a abordagem de equilíbrio de gênero.

Passo 2. Implementação da consulta comunitária

Os Pontos Focais Municipais são os principais facilitadores da sessão de planeamento participativo. Primeiro, eles se apresentam e se familiarizam com a identidade e a principal função representativa de todos os participantes da reunião. Em seguida, iniciam a consulta explicando o propósito e a abordagem geral da consulta, assegurando que todos os participantes, especialmente as mulheres e as pessoas mais vulneráveis, tenham a oportunidade de falar e expressar suas

necessidades e opiniões.

A imagem satélite do bairro é apresentada e os Pontos Focais Municipais seguem a metodologia apresentada no questionário orientador. Em particular, os participantes são encorajados a desenhar diretamente na imagem de satélite a informação colectada ou discutida sobre a localização dos principais serviços e infraestruturas, os diferentes tipos de riscos e perigos, e as potenciais soluções/medidas a aplicar. Para este fim, podem ser utilizados símbolos e/ou cores diferentes, que devem ser explicados numa legenda.

Passo 3. Priorizando ações de redução de risco e de reforço da resiliência a nível dos bairros

Com base na classificação dos riscos identificados pelo questionário orientador, e nas respostas dadas pela comunidade, é preparada uma lista de possíveis soluções para mitigar os tais problemas e construir resiliência do bairro.

Os Pontos Focais Municipais devem mediar as discussões

durante o exercício de definição de prioridades, assegurando que os representantes da comunidade de todos os diferentes grupos e partes intervenientes tenham uma palavra a dizer. É importante que insistam no que é mais viável, com base nos seus próprios conhecimentos e de acordo com os recursos financeiros e humanos disponíveis na bairro, evitando confiar totalmente nas autoridades municipais. Em particular, deve ser dada atenção aos aspectos relacionados com a sustentabilidade, igualdade, e alinhamento com os planos existentes para essa área da cidade. As soluções/medidas prioritárias (ou ações de redução do risco e de construção de resiliência) devem ser mapeadas na imagem de satélite, tanto quanto possível.

É essencial que a lista de ações prioritárias e os mapas elaborados em cada bairro consultado sejam efetivamente utilizados durante a Fase 3 do processo de implementação da ferramenta CityRAP, já que refletem as necessidades e opiniões das comunidades mais vulneráveis da cidade. Estes devem ser tidos em conta durante a elaboração do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade (QuARC) durante a Fase 4.

GUIA DO FACILITADOR: PLANEAMENTO PARTICIPATIVO A NÍVEL DE BAIRRO

- Utilizando a imagem de satélite do bairro, pedimos aos participantes que identifiquem o lugar onde se realiza a reunião consultiva. Forneça-lhes algumas referências-chave, tais como as principais estradas/avenidas, edifícios religiosos (por exemplo, igreja ou mercado), mercados, edifícios administrativos mais importantes, escolas ou instalações de saúde, praças públicas, etc. Uma vez que os participantes possam localizar-se na imagem e reconhecer o seu bairro, poderão contribuir de forma significativa para o exercício de planeamento participativo.
- Completar o exercício de reconhecimento de imagem de satélite, identificando com os participantes as principais infraestruturas/serviços do bairro, como por exemplo: (i) instalações de transporte (estação ferroviária, terminal de autocarros, vias férreas, estradas principais, etc.); (ii) serviços de comunicação (estação de rádio, torres de telemóveis, etc.); (iii) serviços básicos (principais instalações de água e saneamento, como canais de drenagem primária, reservatórios/canais de água, instalações de tratamento de águas residuais, etc.) (iv) outros serviços/instalações (i.e. esquadra de polícia, bombeiros, instalações de educação/saúde, mercados, etc.); bem como as principais características

naturais/ambientais (por exemplo, cursos de água, zonas úmidas, colinas, zonas verdes/florestais, etc.).

- Identificar com os membros da comunidade os principais perigos e riscos no bairro e, na medida do possível, localizá-los na imagem de satélite e classificá-los de acordo com o seu nível de importância. Estes podem ser: inundações, ventos fortes, erosão, deslizamento de terras, incêndio, criminalidade, desemprego, inadequação das condições de habitação, falta de acesso aos serviços básicos, entre outros.
- Envolver-se numa discussão aberta com a comunidade para identificar medidas de mitigação/redução de riscos viáveis. Tentar utilizar o máximo possível a imagem de satélite durante a discussão. As perguntas seguintes podem servir de orientação:
 - Quais são os principais problemas decorrentes dos perigos/riscos identificados?
 - Como é que a comunidade geralmente lida com estes perigos/riscos?
 - Que mais poderia ser feito? Que outras soluções/medidas potenciais e viáveis sugeriria?
 - Qual seria a sua contribuição para implementar estas soluções/medidas?

ATIVIDADE 3: COMPILAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Ao final desta atividade, os dados colectados são compilados e organizados para a fase seguinte.

O objectivo desta atividade é compilar e organizar todos os dados e informações coletadas durante as atividades 1 e 2 da Fase 2. As mesmas, são compiladas com o objetivo de apresentá-las, analisá-las e discuti-las durante a Fase 3, nas discussões de grupos focais.

Uma Matriz de Resultados por pilar é preenchida usando as respostas do questionário de Auto-Avaliação coletado durante a Atividade 1 para cada departamento municipal com as folhas de resposta. A Matriz de Resultados é preenchida utilizando as folhas de resposta do Questionário de Auto-Avaliação, e as questões prioritárias identificadas nos bairros onde os exercícios participativos foram realizados são resumidas e harmonizadas.

Há 5 passos a serem seguidos para a realização desta atividade:

Passo 1. Preencher a Matriz de Resultados

A Matriz de Resultados segue a mesma estrutura da folha de resposta. Este é o procedimento a seguir:

- Usando os modelos de Matriz dados pelos treinadores durante a Fase 1, os nomes dos departamentos municipais estão escritos no quadro em cor de azul (ver tabela 7).
- Usando a folha de respostas de cada departamento municipal, todas as 75 linhas das 5 matrizes são preenchidas com uma das pontuações correspondentes (1, 2, 3 ou 4) no quadro cinza, em destaque na Tabela 7. Se a cor da resposta escolhida for verde, a pontuação a ser reportada na célula correspondente será 4; se for

A pontuação correspondente das respostas escolhidas para o departamento municipal é transferida na Matriz de Resultados como na Tabela 7 abaixo.

TABELA 6 O questionário de Auto-Avaliação coletado durante a Atividade 1 é usado para preencher a Matriz de Resultados, como no exemplo da Tabela 8.

PILAR 1: GOVERNAÇÃO URBANA						DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS					MUNICIPALIDADE COMO UM TODO		
TEMAS	Nº	QUESTÕES	RESPOSTAS										
			4	3	2	1	GABINETE DO PRESIDENTE	FINANÇAS	GESTÃO URBANA	ÁGUA E ENERGIA	TODOS OS OUTROS DEPARTAMENTOS		
CAPACIDADE ORGANIZACIONAL	1	Seu departamento municipal tem funcionários capacitados suficientes para realizar as tarefas diárias?	Sim, os funcionários têm as habilidades necessárias para executar suas responsabilidades diárias	A maioria dos funcionários têm as habilidades necessárias	Menos de metade dos funcionários têm as habilidades necessárias	O departamento tem poucos funcionários capacitados							
	2	Seu departamento municipal tem funcionários que se preocupam ou têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco?	Sim, os funcionários preocupam-se e têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco	Sim, o departamento tem alguns funcionários com este tipo de preocupação ou conhecimento	Sim, o departamento tem pelo menos um funcionário com este tipo de preocupação ou conhecimento	Não, ninguém em nosso departamento tem este tipo de preocupação ou conhecimento							

TABELA 7 Modelo da Matriz de Resultados

Deve ser preenchida com os nomes de todos os departamentos municipais | Deve ser preenchida com as respostas do Questionário de Auto-Avaliação

amarela, a pontuação será 3; se for laranja, a pontuação será 2; se for vermelha, a pontuação será 1.

- > Uma vez que todas as linhas da matriz foram completadas, uma pontuação final para a «Municipalidade como um todo» (ou seja, todos os departamentos municipais em conjunto) é calculada para cada questão somando as diferentes pontuações dos departamentos municipais nas linhas correspondentes. Por exemplo, na tabela 8, A pontuação total para a Questão n.1 é: 2 + 4 + 2 + 3 + 2 = 13; e a pontuação total para a Questão n. 2 é: 1 + 2 + 1 + 2 + 2 = 8. Siga o exemplo para todas as demais questões/linhas.
- > A pontuação mínima e máxima possível para a «Municipalidade como um todo» deve ser indicada no topo da coluna (veja a Tabela 8), segundo o indicado: A pontuação mínima é igual ao número de departamentos municipais (por exemplo: 5 departamentos, PONTUAÇÃO MIN = 5); A pontuação máxima é igual ao número de departamentos municipais multiplicado por 4 (por exemplo: 5 departamentos, PONTUAÇÃO Máx. = 5 x 4 = 20).
- > Calcule a pontuação média para cada um dos temas do questionário, a ser inserida na caixa azul na coluna final com o título de «Municipalidade como um todo» (veja a caixa destacada em azul na Tabela 8). A media é calculada somando a pontuação total da última coluna "municipalidade como um todo" para cada tema e dividindo pela soma do números de questões deste

tema em particular. Por exemplo, na Tabela 8 o tema «Capacidade Organizacional» é composto de 2 questões totalizando 13 (para Questão 1) e 8 (para Questão 2) na coluna final. Portanto, a media municipal para o tema «Capacidade Organizacional» é a soma de suas pontuações totais (13 + 8 = 21) dividido por 2 (21/2) = 10.5.

- > Uma vez que todas as médias foram calculadas, os Pontos Focais Municipais pintam de vermelho as cinco ou seis médias mais baixas, em amarelo e laranja as intermediárias, e em verde as mais altas, por exemplo. Colorir a matriz vai facilitar as discussões de grupo focal na Fase 3.

Passo 2. Resumindo os comentários

Os Pontos Focais Municipais devem elaborar um resumo de todos os comentários das folhas de respostas por pilar de resiliência. Estes devem então ser usados e debatidos durante as discussões do grupo de focal na Fase 3.

Passo 3. Harmonizando as questões prioritárias identificadas a nível da comunidade

As questões prioritárias identificadas nos bairros vulneráveis onde as sessões de planeamento participativo foram realizadas precisam ser harmonizadas em uma única lista, para que possam ser levadas em conta durante as discussões/debates na Fase 3.

Passo 4. Colectando informações adicionais

São coletadas informações de planos, estratégias, políticas ou outros documentos-chave existentes a nível da cidade que são relevantes para o processo de tomada de decisão/priorização durante a Fase 3.

Passo 5. Convidando os participantes para as discussões de Grupo Focal

A logística para as discussões de Grupo Focal que devem ser conduzidas durante os 3 primeiros dias da Fase 3, deve ser preparada uma semana antes. No total, 5 discussões de Grupo Focal serão realizadas, uma para cada pilar do modelo de resiliência. Para cada discussão, entre 10 e 15 participantes que tenham conhecimento do tema/pilar de resiliência em discussão devem estar presentes (veja o exemplo na Tabela 9 sobre o pilar «Governança Urbana»). Os pontos Focais Municipais serão responsáveis por formular uma lista de participantes (equilibrada em termos de gênero) para cada sessão e enviar os convites. Para tal fim, deve ser utilizada a Análise de Partes Interessadas realizada durante a fase preparatória. É importante que data, horário e local de cada sessão sejam definidos com antecedência..

GRUPO FOCAL I GOVERNANÇA URBANA

TIPO	PARTICIPANTES (MÁXIMO 15)
FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS	1 representante de cada um destes departamentos (ou equivalentes): <ul style="list-style-type: none"> > Escritório da Prefeitura > Escritório de recursos humanos/capacitação > Escritório de Finanças > Participação Pública /transparência > Planeamento urbano > Urbanização, Serviços Básicos, Infraestrutura ou similar
MEMBROS DA COMUNIDADE	2-4 representantes da comunidade de bairros em situação de vulnerabilidade
OUTROS ATORES LOCAIS	Representantes de organizações ligadas à governança pública, participação, inclusão, transparência ou similar: <ul style="list-style-type: none"> > 1 representante de ONG > 1 representante de organização de sociedade civil > 1 ou 2 representantes do setor privado

TABELA 9 Exemplo de quem dever ser convidado para as discussões de Grupo Focal para o pilar «Governança Urbana».

PILAR 1: GOVERNAÇÃO URBANA												
TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS					MUNICIPALIDADE COMO UM TODO MIN: 5 MÁX.: 20	
		4	3	2	1	GABINETE DO PRESIDENTE	FINANÇAS	GESTÃO URBANA	ÁGUA E ENERGIA	TODOS OS OUTROS DEPARTAMENTOS		
	1	Seu departamento municipal tem funcionários capacitados suficientes para realizar as tarefas diárias?	Sim, os funcionários têm as habilidades necessárias para executar suas responsabilidades diárias	A maioria dos funcionários têm as habilidades necessárias	Menos de metade dos funcionários têm as habilidades necessárias	O departamento tem poucos funcionários capacitados	2	4	2	3	2	13
CAPACIDADE ORGANIZACIONAL	2	Seu departamento municipal tem funcionários que se preocupam ou têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco?	Sim, os funcionários preocupam-se e têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco	Sim, o departamento tem alguns funcionários com este tipo de preocupação ou conhecimento	Sim, o departamento tem pelo menos um funcionário com este tipo de preocupação ou conhecimento	Não, ninguém em nosso departamento tem este tipo de preocupação ou conhecimento	1	2	1	2	2	8
Média da capacidade de organização											10.5	

TABELA 8 Calculando a média municipal para cada tema de resiliência



FIGURA 13 Planeamento participativo em Vilankulo, Moçambique. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

DURAÇÃO	OBJETIVOS E BREVE DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
5 dias	<ul style="list-style-type: none"> Analisar e discutir os dados coletados durante a Fase 2 através de discussões em grupos focais; Selecionar as questões prioritárias que constituem pontos de entrada para construir progressivamente a resiliência da cidade, chegando a um consenso entre todos os interessados locais durante o Seminário de Priorização; Desenvolver uma visão comum de 10 anos da cidade resiliente. 	<ul style="list-style-type: none"> Cinco Discussões de Grupo Focal são realizadas e resultam na elaboração de uma apresentação para cada pilar de resiliência urbana. As cinco apresentações serão expostas no Seminário de Priorização; Máximo seis questões-chave para o desenvolvimento de resiliência urbana são selecionadas durante o Seminário de Priorização; Os Pontos Focais Municipais são treinados em como realizar a Fase 4, durante o qual será desenvolvido o Quadro de Ação para Resiliência da Cidade (QuARC) com base nas questões prioritárias.

O cronograma abaixo indica como todas principais atividades da Fase 3 podem ser organizadas em uma semana.

HORA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
9:00-13:00	Reunião e Preparação com os Pontos Focais	GRUPO FOCAL 2: Planejamento urbano e meio ambiente	GRUPO FOCAL 4: Economia e Sociedade Urbana	SEMINÁRIO DE PRIORIZAÇÃO	Treinamento dos Pontos Focais Municipais para a Atividade 1 (avaliação de base) da Fase 4
13:00-14:00	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14:00-17:00	GRUPO FOCAL 1: Governança Urbana	GRUPO FOCAL 3: Infraestrutura e Serviços Básicos Resilientes	GRUPO FOCAL 5: Gestão de Riscos de Desastres Urbanos	SEMINÁRIO DE PRIORIZAÇÃO (cont.)	Treinamento dos Pontos Focais Municipais para a Atividade 1 (avaliação de base) da Fase 4 (cont.)

TABELA 10
Cronograma sugerido para a Fase 3

FASE 3

ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

ATIVIDADE 1: PREPARANDO AS DISCUSSÕES DE GRUPOS FOCALIS

Ao final desta atividade, os Pontos Focais Municipais e o Grupo de Formadores concluirão todos os preparativos para as discussões de grupos focais.

Em primeiro lugar, os Pontos Focais Municipais se encontram com o Grupo de Formadores externos para revisar as informações coletadas durante a Fase 2, e garantir que seja organizado de forma adequada.

A preparação para as discussões de Grupos Focais deve seguir os seguintes passos:

Passo 1. Revisão da Matriz de Resultados

As Matrizes de Auto-Avaliação de cada um dos pilares de resiliência urbana são revisadas para garantir que todos os resultados sejam compilados apropriadamente e o código de cores foi devidamente atribuído para facilitar a interpretação da Matriz. Os comentários compilados no Passo 2, Atividade 3, Fase 2, também são revisados; os mais importantes a serem relatados durante as discussões de grupos focais são destacados. Se houver tempo, os Pontos Focais Municipais têm uma discussão preliminar sobre as principais conclusões da matriz com o Grupo de Formadores.

Passo 2. Atualização do mapa de risco da cidade

Os mapas de bairro preparados com as comunidades consultadas durante a Fase 2 são analisados e comparados com o mapa resultante do mapeamento participativo de risco da cidade (Atividade 3, Fase 1). Portanto, com base na lista única

de questões prioritárias a nível comunitário reunidas no Passo 3, Atividade 3, Fase 2, o mapa de risco da cidade é atualizado em uma nova imagem de satélite impressa, incluindo uma legenda (ou seja, questões prioritárias a nível comunitário), para que possa ser usado efetivamente tanto durante as discussões de grupos focais quanto durante o Seminário de Priorização.

Passo 3. Preparação de documentação adicional

Além disso, o Grupo de Formadores tem de rever as seguintes informações em preparação para as discussões de grupos focais:

- > O questionário preliminar preenchido durante a Fase Preparatória, do qual são extraídas informações relevantes para cada pilar de resiliência;
- > Informações-chave para fins de tomada de decisão/priorização que foram coletadas pelos Pontos Focais Municipais na Fase 4, Atividade 3, Fase 2, a partir de planos, estratégias, políticas e outros documentos relevantes existentes em nível municipal.

Passo 4. Verificação da logística

O Grupo de Formadores revê todos os arranjos logísticos feitos pelos Pontos Focais Municipais (ver Passo 5, Atividade 3, Fase 2) para realizar as discussões dos grupos focais.



FIGURA 14 Discussão de grupo focal em Dondo, Moçambique. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

ATIVIDADE 2: DISCUSSÕES DE GRUPOS FOCALIS

Ao final desta atividade, os dados coletados na Fase 1 e na Fase 2 são discutidos em cinco grupos de discussão, um por cada pilar de resiliência, e os resultados são resumidos.

Um total de cinco (5) discussões de Grupos Focais são conduzidas, uma para cada pilar de resiliência urbana: (i) Governança Urbana; (ii) Planejamento Urbano e Meio Ambiente; (iii) Infraestrutura Resiliente e Serviços Básicos; (iv) Economia Urbana e Sociedade; e (v) Gestão de Riscos de Desastres Urbanos. Cada discussão deve durar entre 2 a 3 horas deve ser o mais equilibrado possível em termos de gênero e deve ter no máximo 15-20 participantes com experiências variadas: técnicos municipais, membros da comunidade, representantes da sociedade civil, setor privado, academia e outras partes interessadas que têm uma experiência relevante em relação ao tema do pilar de resiliência para o qual foram convidados como debatedores.

As Discussões de Grupos Focais são uma oportunidade para as partes interessadas trocarem ideias sobre e analisar as informações de cada pilar de resiliência coletadas nas fases anteriores do CityRAP. Com base nas discussões, são identificadas questões e falhas. Cada grupo propõe soluções para abordar os pontos levantados, que serão apresentadas e revisadas no Seminário de Priorização.

Os seguintes passos são propostos para guiar cada discussão de Grupo Focal:

Passo 1: Introdução

- > Todos os participantes se apresentam;
- > Um dos participantes é eleito como o representante do Grupo Focal. Este representante será responsável por apresentar os resultados da discussão durante o Seminário de Priorização. Um outro participante é selecionado como o relator. O relator vai anotar e acompanhar a discussão para garantir que as informações essenciais e as propostas principais da audiência são adequadamente capturadas e entendidas;
- > O facilitador (idealmente um Ponto Focal Municipal, apoiado conforme necessário por um membro do Grupo de Formadores) deve provocar a participação e interação de todos os participantes na discussão. Ele (a) explica as fases do processo, os objetivos do CityRAP e como esta Discussão de Grupo Focal se insere na

metodologia;

- > O facilitador apresenta a metodologia da reunião (ver passos seguintes) e o material a ser utilizado para este fim, que é relevante para o pilar de resiliência em discussão que já foram apropriadamente preparados com antecedência:
 - > A Matriz de Resultados e a lista resumida de comentários;
 - > O mapa de risco da cidade atualizado e a lista de questões prioritárias das comunidades consultadas;
 - > Informações adicionais extraídas do questionário preliminar e de qualquer outra documentação chave (planos existentes, estratégias, políticas, etc.) que foi revisada pelo Grupo de Formadores.
- > Finalmente, o facilitador explica o que se espera da discussão de grupo focal: uma lista de no máximo cinco (5) questões-chave pertencentes ao pilar que precisam ser abordadas para construir a resiliência da cidade, que será apresentada e debatida durante o Seminário de Priorização.

Passo 2: Análise da Matriz de Resultados

- > O facilitador inicia a discussão providenciando uma visão geral da Matriz de Resultados derivada do questionário de auto-avaliação municipal para o respectivo pilar.
- > A pontuação e os padrões das respostas dadas pelos diferentes departamentos municipais são amplamente analisadas, tema por tema; o código de cores ajuda a estruturar a discussão a partir das questões dentro dos temas que mostram a pontuação mais baixa (vermelho), para as quais é necessária mais atenção para construir a resiliência da cidade, até aquelas que mostram a pontuação mais alta (verde).
- > As perguntas abaixo podem apoiar a discussão inicial:
 - > Você concorda que as questões de menor pontuação (em vermelho) correspondem às questões/lacunas mais críticas tratadas por este pilar?

PILAR 1: GOVERNAÇÃO URBANA													
TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS							TOTAL
		4	3	2	1	PLANEAMENTO URBANO	RECURSOS HUMANOS	FINANÇAS	SERVÇOS BÁSICOS	RECURSOS NATURAIS	ECONOMIA	DEFESA CIVIL	
ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO	7	Sim, a atual estrutura municipal é boa e permite que cada departamento execute suas tarefas com eficiência	A atual estrutura municipal necessita algumas melhorias para executar suas tarefas com eficiência	A atual estrutura municipal não é boa o suficiente para executar suas tarefas	Não, a atual estrutura municipal é fraca e precisa de muitas melhorias	1	1	1	1	3	2	3	12
	8	A municipalidade estabelece fortes mecanismos de cooperação e coordenação com vários parceiros e instituições externas	A cooperação e coordenação entre municipalidade e órgãos externos em geral é boa, mas poderia ser melhorada	Os mecanismos de cooperação e coordenação com órgãos externos não são muito bons	A municipalidade tem poucos mecanismos de cooperação e coordenação com instituições externas	2	3	4	4	4	2	4	23
	9	Sim, existem mecanismos que asseguram a coordenação e a cooperação eficientes entre diferentes departamentos municipais	A coordenação e a cooperação entre os departamentos é boa em geral, mas poderia ser melhorada	Os mecanismos de coordenação e cooperação não são eficientes o suficiente	A municipalidade tem poucos mecanismos de coordenação e cooperação entre seus departamentos	1	3	4	2	4	1	4	19
Média para estrutura de governação												18	

TABELA 11 Exemplo de análise da matriz

- > Há um departamento que tende a responder muito mais positivamente ou negativamente do que os outros nos questionários? Quais poderiam ser os motivos?
- > Uma discussão mais detalhada é realizada para cada questão do pilar, começando da menor pontuação – a mais problemática. Por exemplo, na Tabela 6 acima, a primeira questão a ser discutida é a número 7, que tem a pontuação mais baixa, seguida pelos itens 9 e 8. Utilizando o exemplo da Tabela 6, a discussão poderia ser conduzida da seguinte forma:
 - > Em sua opinião, quais são os motivos para o item relacionado à estrutura municipal (número 7) ter uma pontuação tão baixa?
 - > Por que uma estrutura municipal adequada é relevante para construir a resiliência de sua cidade?
 - > Por que o item relacionado às Relações Externas e Cooperação (número 9) está pontuado relativamente melhor?
- > Baseado na discussão, quais são as questões principais que devem ser abordadas para construir a resiliência dentro deste pilar temático?
- > É importante ressaltar que, ao discutir cada tema, o facilitador também deve comunicar ao grupo a lista compilada de comentários. Isto pode levar a uma análise mais detalhada. Por exemplo, para o tema "Planeamento Urbano e Gestão do Território" sob o pilar "Planeamento Urbano e Meio Ambiente", a pergunta número 6 analisa a implementação eficiente dos planos urbanos (ver o questionário na página 48). O facilitador deve tentar provocar mais discernimento sobre o que exatamente dificulta a implementação desses planos, como a falta de pessoal qualificado, padrões de planeamento inadequados, estrutura legal fraca, etc. Para este fim, poderia ser útil analisar os comentários compilados sob este tema, dado que alguns dos principais fatores que impactam a implementação de planos urbanos podem ser mencionados ali.

Passo 3. Análise do mapa de risco da cidade e lista de questões prioritárias a nível da comunidade

Tema por tema, conforme aplicável, o facilitador chamará a atenção para os aspectos espaciais da questão em discussão usando o mapa de risco atualizado da cidade, e se referirá à lista de questões prioritárias resultantes das consultas à comunidade.

Passo 4. Análise de informações adicionais relevantes coletadas durante as fases anteriores

Por último, mas não menos importante, durante a discussão do grupo focal, o facilitador precisa se referir a quaisquer outras informações coletadas durante as fases anteriores (isto é, questionário preliminar; planos, estratégias ou políticas existentes; etc.) que sejam relevantes para os temas que estão sendo analisados.

Passo 5. Identificação das questões-chave para o pilar e das soluções propostas

Com base na discussão, os participantes tomarão decisões coletivas para selecionar máximo 5 questões/lacunas a

serem abordados para a construção de resiliência sob este pilar. Uma vez que as questões/lacunas do pilar foram identificadas, os participantes devem tentar propor soluções específicas para cada uma das questões. As perguntas abaixo podem guiar a discussão:

- > Como esta questão/lacuna pode ser abordada para contribuir com a resiliência da cidade?
- > Quais soluções concretas podem ser propostas?
- > Como estas soluções podem ser implementadas com eficiência?

Passo 6: Preparação para o Seminário de Priorização

Finalmente, depois que as diferentes soluções foram propostas para o pilar em discussão, o Grupo Focal, sob a liderança do representante e apoio do relator, deve preparar uma breve apresentação para o Seminário de Priorização. A apresentação deve ter no máximo 4-5 slides e focar nas principais questões identificadas e nas soluções propostas. A apresentação deve fazer uma referência clara à lista de questões prioritárias identificadas a nível comunitário e integrar qualquer informação adicional considerada relevante (por exemplo, do questionário preliminar ou de planos, estratégias ou políticas existentes). O representante do grupo deve apresentar os resultados durante o Seminário.



FIGURA 15 Processo para priorizar e planear

ATIVIDADE 3: SEMINÁRIO DE PRIORIZAÇÃO

Ao final do seminário, no máximo seis questões prioritárias para a construção progressiva da resiliência da cidade são selecionadas de forma participativa.

Uma vez que todos os cinco Grupos Focais foram realizados, os representantes, relatores, e outros participantes selecionados irão participar do Seminário de Priorização, durante o qual eles irão decidir coletivamente quais são as questões-chave para construir a resiliência da cidade. Para realizar um seminário eficiente, todos os materiais produzidos em todo o processo da Ferramenta CityRAP até agora devem ser claramente exibidos, em particular a Matriz de Resultados, o mapa de risco da cidade atualizado e a lista de questões prioritárias identificadas a nível comunitário.

O cronograma do Seminário de Priorização é organizado de acordo com os seguintes passos:

Passo 1: Apresentação do processo do CityRAP até agora e definição do objetivo principal do seminário (10 min.)

- > O facilitador, um membro do Grupo de Formadores, apresenta todos os passos dados durante as Fases 1 e 2 até o Seminário de Priorização e os materiais produzidos até agora, ou seja, a Matriz de Resultados, o mapa de risco atualizado da cidade e a lista de questões prioritárias identificadas a nível comunitário;
- > Deve ficar claro aos participantes que o produto esperado pelo Seminário é a seleção de uma forma consensual de no máximo seis (6) questões prioritárias que constituirão os pontos de entrada para a construção da resiliência da cidade.

Passo 2: Apresentação e debate em plenário dos resultados das discussões de Grupo Focal (15-20 min por Grupo Focal x 5)

- > O representante de cada Grupo Focal apresenta os resultados da discussão em termos de questões/lacunas que devem ser abordadas dentro de cada pilar

de resiliência e as soluções potenciais a serem adotadas (máx.10 min.);

- > Os facilitadores devem moderar as discussões em plenário depois de cada apresentação; os membros do Grupo Focal também podem ajudar os representantes respondendo às questões levantadas em plenário (máx. 5 min.);
- > O facilitador do seminário usa um flipchart e escreve as questões-chave a serem tratadas sob cada pilar de resiliência, as soluções propostas e até mesmo as questões subjacentes relevantes.

Passo 3: Identificação dos pontos em comum (30 min.)

- > Os facilitadores ajudam os participantes a identificarem questões comuns (em termos de problemas-chave/falhas a serem abordadas, tipos de soluções, e questões básicas) que continuam aparecendo durante as apresentações e debates dos Grupos Focais;
- > O facilitador inicia as discussões entre os participantes em relação às questões comuns identificadas e as ligações entre os diferentes pilares. A estrutura de pilar vai gradualmente desaparecendo até ser substituída por questões-chave que funcionarão como pontos de acesso para progressivamente construir a resiliência da cidade como um todo.

Passo 4: Apresentação do Diagrama da Resiliência (10 min.)

- > O facilitador apresenta os 3 temas interdisciplinares (Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, Crescimento Urbano, e Cidade Segura e Inclusiva) que estão na base de todo o conceito de resiliência urbana, na forma de um Diagrama de Resiliência, (Figura 16);
- > Os três temas interdisciplinares (e a forma como se interceptam) são explicados em detalhes, pois servirão como filtros para refinar o exercício de priorização.

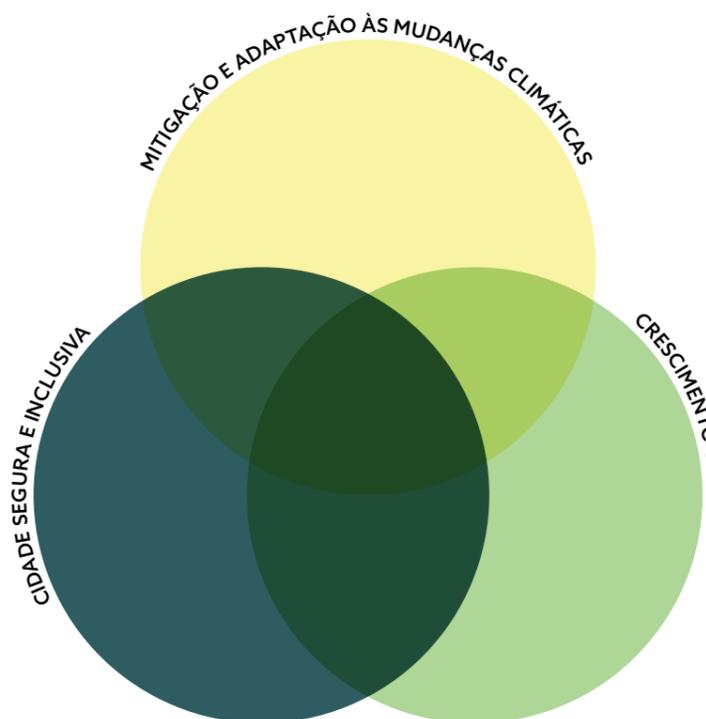


FIGURA 16
Questões interdisciplinares da resiliência urbana

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A mitigação das mudanças climáticas se refere a estratégias e intervenções para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que contribuem para o aquecimento global, enquanto a adaptação às mudanças climáticas refere-se às medidas concebidas e aplicadas para adaptar a seus impactos. Ambos são destinados a contribuir para a redução da pobreza e a promover o desenvolvimento sustentável. É fundamental que as mudanças climáticas não sejam abordadas como uma questão isolada, mas sim como parte integrante do processo amplo de planejamento e desenvolvimento da cidade que precisa ser incorporado no processo de construção de resiliência.

CRESCIMENTO URBANO

As dimensões de desenvolvimento espacial e econômica da cidade devem absolutamente ser consideradas nos processos de elaboração de estratégias para a construção de resiliência urbana. As cidades são centros de crescimento econômico e precisam ser planejadas e geridas de forma adequada, com uma visão clara de como eles irão desenvolver-se no futuro. Por exemplo, a partir de uma perspectiva espacial, se uma cidade está se expandindo em um ritmo rápido, áreas de extensão planejadas devem ser identificadas para um futuro resiliente.

CIDADE SEGURA E INCLUSIVA

Este tema transversal refere-se à segurança urbana, à promoção da igualdade, à participação dos cidadãos e ao estabelecimento de processos de urbanização mais inclusivos. Ele está muito relacionado à boa governação urbana, mas também inclui o acesso a serviços básicos para todos, a criminalidade reduzida e coesão social, entre outros aspectos essenciais que devem ser considerados e integrados nos processos de planejamento de resiliência da cidade.

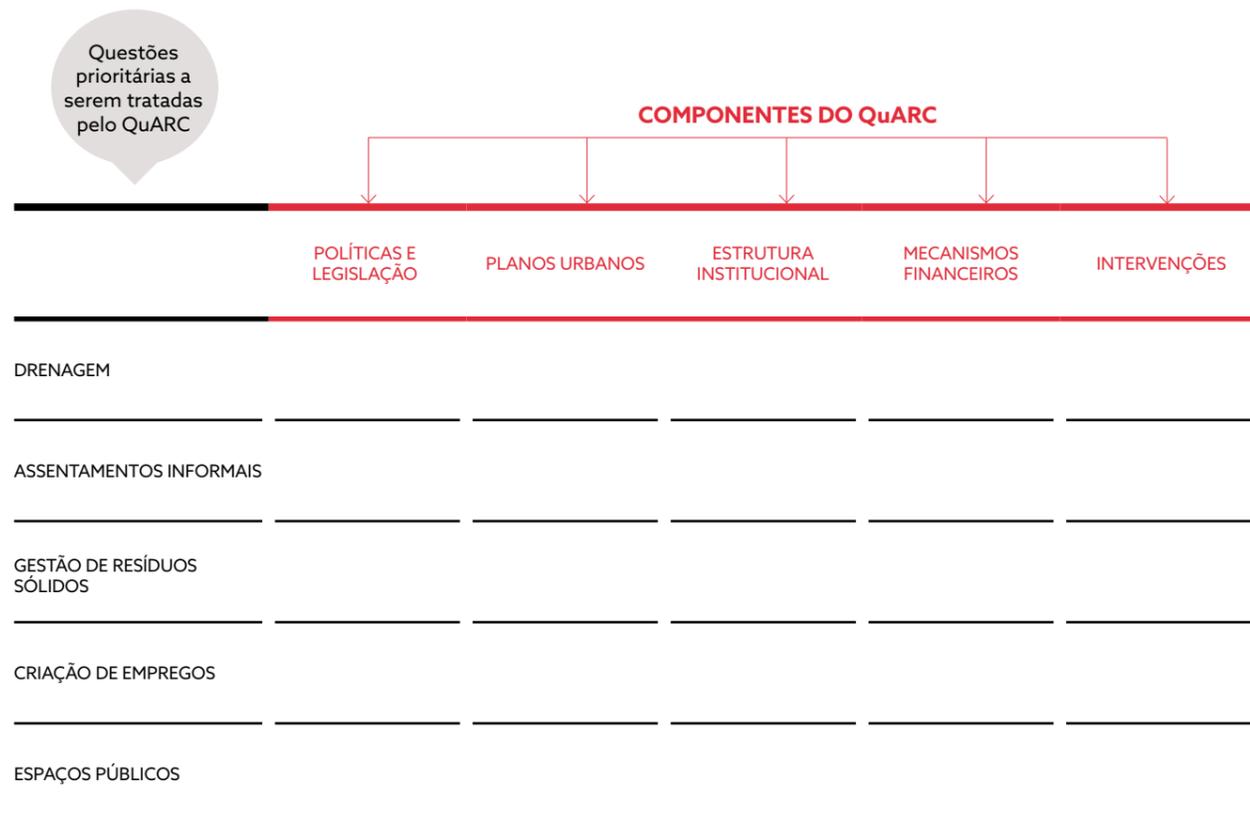


TABELA 12
Estrutura do QuARC

Passo 5: Classificando os pontos comuns dentro do Diagrama da Resiliência (20 min.)

- > O facilitador do seminário escreve as questões comuns identificadas em diferentes post-its/cartões e conduz o processo de colocar cada um deles no Diagrama de Resiliência, através de uma discussão em plenário;
- > Depois uma discussão plenária é conduzida para chegar-se ao consenso sobre a localização dos pontos em comum; será acordado entre os participantes que as questões colocadas na intersecção entre os 3 temas interdisciplinares, se abordadas corretamente, serão pontos de acesso que ajudarão na construção da resiliência por completo, portanto, devem ser priorizados.

Passo 6. Diferenciar as questões prioritárias a serem abordadas dos componentes (ou capacitadores) do Quadro de

Ação para Resiliência da Cidade (QuARC) (20 min.)

- > O facilitador projeta uma apresentação do Power Point (ou desenha uma tabela no flipchart) que mostra a estrutura do QuARC (ver Tabela 12). A tabela distingue as questões prioritárias a serem tratadas para a construção da resiliência da cidade (os propulsores) dos componentes (ou capacitadores) do QuARC, que são os meios habilitadores que a administração local pode utilizar para administrar efetivamente a cidade. Há cinco componentes do QuARC: (i) Políticas e legislação; (ii) Planos urbanos (tanto planos espaciais quanto planos de desenvolvimento); (iii) Mecanismos financeiros (por exemplo, questões orçamentárias, disponibilidade de financiamento); (iv) Estrutura institucional (quem faz o quê?); e (v) Intervenções (projetos e/ou atividades concretas).
- > O facilitador então remove os post-its/cartões priorizados relacionados aos componentes do QuARC do Diagrama de Resiliência e os coloca sob o componente correspondente.

- > Apenas os post-its/cartões priorizados que são mais temáticos e que podem ser abordados através dos componentes do QuARC (isto é, através de políticas e legislação apropriadas, planos urbanos, mecanismos de financiamento adequados, melhor estrutura institucional e intervenções concretas) devem ser considerados para o próximo passo.

Passo 7. Acordar sobre as questões prioritárias a partir das quais a resiliência da cidade será construída progressivamente (10 min.)

- > O facilitador do seminário realiza uma discussão

plenária para analisar um a um aqueles post-its/cartões priorizados para ver se eles podem ser interligados através de relações causa-efeito ou unidos sob uma rubrica mais ampla (por exemplo, água e saneamento, ou melhoria de favelas).

- > Os post-its/cartões dentro dos diferentes círculos do Diagrama de Resiliência são discutidos para chegar a um acordo sobre o foco do QuARC da cidade (N.B.: esta última poderia se concentrar mais na mudança climática, no crescimento da cidade ou na inclusão/segurança) e decidir sobre a lista final de questões prioritárias (6 no máximo) a serem consideradas para a Fase 4.

ATIVIDADE 4:

TREINAMENTO DOS PONTOS FOCAIS PARA A ATIVIDADE 1 DA FASE 4

No final desta sessão, os Pontos Focais Municipais estarão preparados para realizar a avaliação inicial da Fase 4.

Finalmente, o Grupo de Formadores externos deve conduzir um Seminário de meio dia com os Pontos Focais para prepará-los para a Fase 4. Durante a sessão, as instruções da Atividade 1, Fase 4, são explicadas

pelos instrutores, e os esclarecimentos são fornecidos conforme necessário. É importante que os Pontos Focais elaborem um calendário e atribuam responsabilidades entre eles para a Fase 4.



FIGURA 17
Treinamento dos Pontos Focais Municipais em Burkina Faso. Crédito: Felix Vollmann/ DiMSUR/ ONU-Habitat

FASE 4

ELABORAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PARA RESILIÊNCIA DA CIDADE (QuARC)

DURAÇÃO	OBJETIVOS E BREVE DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
7-8 semanas	<p>O objetivo desta fase é elaborar o Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC), que será apresentado e discutido durante um Seminário de Formulação do QuARC e será finalizado com base no feedback recebido para posterior validação e endosso pelas autoridades administrativas locais.</p> <p>O QuARC é preparado como produto final da ferramenta CityRAP. Este Quadro de Ação serve como documento de referência que permite aos governos locais e outras instituições integrar a resiliência em suas políticas e legislação, planos, finanças, organização institucional, e intervenções existentes e futuras, ou seja, os cinco componentes que constituem o QuARC. O Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade é composto por ações prioritárias a serem implementadas através de atividades concretas (curto prazo), projetos implementáveis (médio prazo), e princípios orientadores (longo prazo), de acordo com a visão comum de uma cidade resiliente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma avaliação de base detalhada para as questões-chave identificadas; • Uma lista de ações prioritárias é validada durante um Seminário de Formulação do QuARC; • As ações prioritárias são divididas em atividades, projetos e princípios orientadores a curto (0-2 anos), médio (3-5 anos) e longo prazo (6-10 anos) respectivamente e indicadas num mapa sintético da cidade, quando aplicável; • É criado um mecanismo de monitorização e avaliação; • O documento final do Quadro de Ação para a Resiliência da Cidade (QuARC) é completado, validado, endossado e divulgado.

ATIVIDADE 1: AVALIAÇÃO DE BASE

Ao final desta atividade:

- > Toda a informação relevante sobre as questões prioritárias identificadas na Fase Três é recolhida pelos Pontos Focais Municipais;
- > A situação de cada questão prioritária identificada é avaliada em relação a cada componente que constitui o QuARC e inserido na tabela de avaliação de base de acordo com um sistema de pontuação específico.

Durante a primeira semana, uma avaliação de base é conduzida para cada questão prioritária selecionada durante o Seminário de Priorização. A avaliação indica a situação atual da questão prioritária (linha de base), de acordo com os cinco componentes que constituem o QuARC. O resultado é indicado numa escala de 1 (pontuação mais baixa) a 3 (pontuação mais alta). Isto permite identificar lacunas que podem depois informar a formulação de ações prioritárias. Esta atividade é dividida nos seguintes passos:

Passo 1. Investigação e compilação de informação

Os Pontos Focais Municipais coletam toda a informação necessária (planos existentes, estratégias, estudos, etc.) e consultam peritos e intervenientes locais (por exemplo, instituições governamentais, prestadores de serviços, universidades, ONG, etc.) para avaliar o estado das questões prioritárias selecionadas durante o seminário de definição de prioridades em relação a cada componente do QuARC. Por exemplo, no caso de «drenagem» ter sido escolhida como uma das questões prioritárias, são coletadas informações relativas a políticas e legislação, planos, estrutura institucional, questões relacionadas com finanças e intervenções físicas em curso ou planeadas relativas às condições de drenagem na cidade. A Tabela 13 ilustra o tipo de informação a coletar para cada componente das RFA em relação a uma dada questão prioritária, neste caso: «assentamentos informais». O mesmo processo tem de ser repetido para cada questão prioritária identificada.

Os Pontos Focais Municipais organizam-se para coletar toda a informação necessária para a realização da avaliação de base. Por exemplo, um Ponto Focal Municipal poderia ser responsável pela pesquisa e compilação de informação/

dados relativos aos cinco componentes do QuARC relacionados com uma questão prioritária específica. Em alternativa, poderia ser responsável pela recolha de informação para todas as questões prioritárias em relação a uma componente específica (por exemplo, se houver alguém do departamento financeiro no grupo dos Pontos Focais Municipais, essa pessoa poderia ser responsável pela investigação da componente financeira do QuARC para todas as questões prioritárias).

Passo 2. Preenchimento da tabela de avaliação de base

Uma vez recuperada toda a informação necessária, os Pontos Focais Municipais decidirão coletivamente sobre uma pontuação qualificando o desempenho de cada questão prioritária em relação a uma determinada componente do QuARC, utilizando uma escala de 1 (desempenho fraco) a 3 (bom desempenho) (ver Tabela 14).

Portanto, os Pontos Focais Municipais preenchem uma tabela com as pontuações acordadas, onde na primeira linha são listados os cinco componentes do QuARC e na primeira coluna são listadas as questões prioritárias. O resultado deve parecer-se com a Tabela 15. Se o código de cores for mantido (vermelho para pontuações baixas, amarelo para pontuações médias, e verde para pontuações altas), torna-se intuitivo onde o município ou o governo local precisa de intervir: as áreas da tabela onde o vermelho é predominante sugerem que as necessidades de intervenção são maiores. Assim, as ações prioritárias podem agora ser formuladas para responder a estas necessidades.

COMPONENTES DO QuARC	INFORMAÇÃO NECESSÁRIA	EXEMPLO: «ASSENTAMENTOS INFORMAIS»
POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> > Existe uma política clara ou legislação a nível nacional, provincial/regional ou local que são relacionadas às questões prioritárias? > Existe uma política clara ou legislação que defina as questões prioritárias e estabeleça como devem ser geridas? 	<p>Nível Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Políticas relevantes possíveis: Política Nacional de Habitação, Plano Nacional de Desenvolvimento, Estratégia Nacional de Urbanização, etc. > Legislação sobre terra, habitação, acesso a serviços básicos, os direitos humanos, etc. <p>Nível local:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Disposições e procedimentos legais para a regularização de terras; > Mecanismos e políticas legais que facilitam a prevenção e melhoria de assentamentos informais.
PLANOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> > As questões prioritárias são abordadas nos planos e estratégias existentes em sua cidade (Plano de Estrutura/Director, Planos de Pormenor, Planos de Urbanização, etc.)? 	<ul style="list-style-type: none"> > Identificar como a melhoria dos assentamentos informais é integrada em Planos de Estrutura e outros planos urbanos. > Planos urbanos detalhados e específicos para melhorar assentamentos.
ESTRUTURA INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> > Existe um departamento, uma unidade ou um ponto focal responsável para lidar com as questões prioritárias na sua cidade? > Quais outros departamentos têm papéis que influenciam a governação dessas questões? > Qual é o seu nível atual de capacidade? > Há mecanismos de governação a nível comunitário ou no seio da sociedade civil que lidam com esta questão? 	<ul style="list-style-type: none"> > Possíveis departamentos relevantes que lidam com assentamentos informais: Planeamento Urbano, Meio Ambiente, Serviços Básicos. > Indicar a existência de um comitê, unidade ou pessoal dedicado responsável por lidar com os assentamentos informais e a sua capacidade. > Quais são os mecanismos em vigor a nível comunitário para lidar com os assentamentos informais?
MECANISMOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> > Qual é o atual orçamento dedicado para a gestão destas questões prioritárias? > Quais são os mecanismos financeiros relevantes em vigor? > Existem mecanismos e ferramentas para a mobilização de recursos para gerir esta questão prioritária? 	<ul style="list-style-type: none"> > Orçamento gasto em atividades relacionadas a assentamentos informais no último ano fiscal. > Existem mecanismos financeiros específicos para lidar com assentamentos informais (por exemplo, impostos, receitas municipais, transferência financeira do governo central, fundo renovável)?
INTERVENÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> > Quais ações concretas foram implementadas recentemente ligadas a esta questão prioritária? > Quais resultados foram alcançados por meio dessas ações? 	<ul style="list-style-type: none"> > Intervenções diretas para melhorar assentamentos informais (melhoria da posse da terra, infraestrutura rodoviária, o acesso à água e saneamento, etc.). > Análise de impacto.

TABELA 13
Exemplo de informação necessária para a avaliação de base

COMPONENTES DO QuARC	PONTUAÇÃO = 1	PONTUAÇÃO = 2	PONTUAÇÃO = 3
POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO	Existem algumas políticas, estratégias ou estatutos relevantes que regulamentam esta questão, mas são bastante insuficientes.	Esta questão é considerada, mas as políticas e legislação relevantes devem ser melhoradas.	Existem políticas ou leis que abordam esta questão com eficiência.
PLANOS URBANOS	> Esta questão não é suficientemente considerada no plano de desenvolvimento ou espacial urbano existente; > Não existem atualmente planos urbanos válidos para a cidade.	Os planos urbanos existentes têm em conta alguns aspectos relacionados com esta questão; no entanto, são necessárias melhorias.	Esta questão está incorporada de maneira eficiente nos planos urbanos espaciais/de desenvolvimento da cidade.
ESTRUTURA INSTITUCIONAL	Não há departamento, ou instituição especializada, ou pessoa focal responsável para gerenciar esta questão localmente.	Há um ou mais departamentos, ou instituição especializada, ou pessoa focal responsável por esta questão, mas falta capacidade.	As responsabilidades e funções de diferentes departamentos e instituições são claramente definidas para esta questão a nível da cidade, com capacidade suficiente.
MECANISMOS FINANCEIROS	Há muito pouco orçamento alocado para a gestão desta questão a nível local, e os mecanismos financeiros em vigor são claramente insuficientes.	O orçamento disponível para lidar com esta questão existe, mas não é claro como é gasto e os mecanismos financeiros em vigor são ainda fracos.	Há orçamento suficiente destinado à esta questão e há mecanismos financeiros adequados em vigor.
INTERVENÇÕES	Muito pouco está atualmente a ser implementado para abordar esta questão.	Há alguns projetos/ intervenções que abordam esta questão, mas há necessidade de mais.	Há suficientes e adequados projetos ou intervenções planeadas ou em curso para resolver esta questão.

TABELA 14 Escala de classificação para a avaliação de base

QUESTÕES PRIORITÁRIAS	COMPONENTES DO QuARC				
	POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO	PLANOS URBANOS	ESTRUTURA INSTITUCIONAL	MECANISMOS FINANCEIROS	INTERVENÇÕES
ESTRADAS E DRENAGEM	1	1	2	1	1
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2	1	2	1	2
INSTALAÇÕES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	3	3	2	2	2
SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE	2	1	1	1	2
PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	2	1	2	1	1
ÁGUA E SANEAMENTO	2	1	2	3	2

TABELA 15 Exemplo de avaliação de base

ATIVIDADE 2: DEFINIÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS E SEMINÁRIO DE FORMULAÇÃO DO QuARC

Ao final desta atividade:

- > O quadro de avaliação de base é revisto e são propostas ações prioritárias;
- > É elaborada uma lista de atividades para cada ação prioritária durante o Seminário de Formulação do QuARC.

O objectivo desta atividade é preparar o primeiro esboço do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade (QuARC) com o apoio do Grupo de Formadores externos. Já que os Formadores estarão em missão apenas durante uma semana, a fim de maximizar a sua presença, propõe-se o calendário na Tabela 16 abaixo. A Atividade 2 é realizada de acordo com as três passos seguintes:

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
<ul style="list-style-type: none"> > Revisão da avaliação de base realizada pelos Pontos Focais Municipais e apoio à formulação de propostas de ações prioritárias do QuARC > Preparação do Seminário de Formulação do QuARC 	Seminário de Formulação do QuARC	Seminário de Formulação do QuARC	Os Pontos Focais Municipais e os Formadores desenvolvem mais o QuARC com base nas recomendações resultantes do Seminário de Formulação QuARC	<ul style="list-style-type: none"> > O Grupo de Formadores e os Pontos Focais Municipais têm uma reunião com as autoridades municipais de alto nível > O Grupo de Formadores fornece orientação aos Pontos Focais Municipais para finalizar o primeiro esboço consolidado do QuARC

TABELA 16 Proposta de agenda para a semana do Seminário de Formulação do QuARC

Passo 1. Revisão da tabela de avaliação de base

Os Pontos Focais Municipais explicam ao Grupo de Formadores a lógica que seguiram para a pontuação que aplicaram às questões prioritárias selecionadas contra as componentes do QuARC, apresentando uma justificação clara e fazendo referência à documentação chave da investigação que realizaram durante a Atividade 1. O grupo (Pontos Focais Municipais e Formadores) revê em conjunto a pontuação e corrige-a conforme necessário.

Passo 2. Definição de ações prioritárias

A definição de ações prioritárias baseia-se na tabela de avaliação de base, especialmente considerando as células de pontuação mais baixa (pontuação = 1 ou 2), ou seja, onde existem grandes lacunas a serem colmatadas. A vantagem da tabela de avaliação de base é que pode ser lida tanto horizontalmente, seguindo as questões prioritárias, como verticalmente, seguindo os componentes do QuARC. Isto permite incluir todos os aspectos na discussão, para que

mesmo um componente do QuARC possa ser traduzido numa ação prioritária (ver exemplo na Tabela 17).

Para começar a determinar as ações prioritárias, os membros do grupo podem utilizar as seguintes perguntas orientadoras:

- > Que ações prioritárias devem ser empreendidas para aumentar a pontuação?
- > Quais são os aspectos que estão interligados e que poderiam ser agrupados sob uma única ação prioritária?
- > Quais são as causas raiz mais importantes da vulnerabilidade da cidade que precisam de ser urgentemente abordadas?

> Como formular ações prioritárias de uma forma que faça sentido e que seja implementável?

Embora a identificação de muitas ações prioritárias (que depois se destinam a ser transformadas em atividades viáveis ou projetos rentáveis) possa ser tentadora, o QuARC da cidade deve permanecer realista. Assim, recomenda-se definir no máximo seis ações prioritárias, concentrando-se nos aspectos mais cruciais e urgentes a abordar, que servirão como pontos de entrada para a construção progressiva da resiliência da cidade.

No exemplo abaixo, são identificadas cinco ações prioritárias.

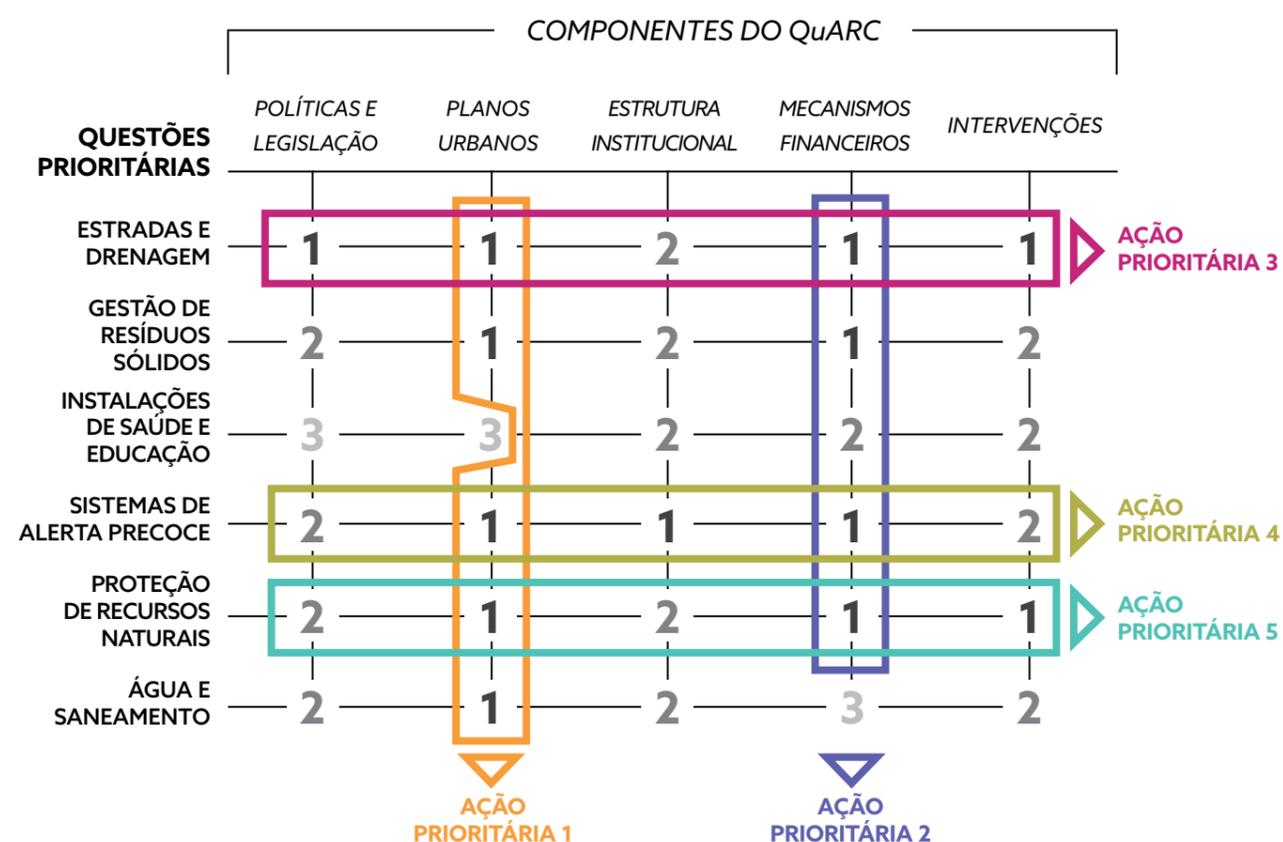


TABELA 17
Exemplo de ações prioritárias propostas

Ao formular ações prioritárias, um exercício crítico de todo o processo CityRAP, o grupo deve pensar que uma ação prioritária deve refletir mudanças substanciais nas competências ou capacidades, ou resultar em melhorias físicas concretas das áreas alvo, ou na entrega de novos produtos e serviços que irão contribuir para o objectivo global de construir a resiliência da cidade. Por conseguinte, estas ações prioritárias têm de ser formuladas de forma a fazerem sentido para a maioria dos intervenientes que participaram no processo CityRAP. Devem ser consideradas

implementáveis, bem direccionadas e, idealmente, até mensuráveis através de mecanismos de monitorização e avaliação. Isto é importante, já que as ações prioritárias servirão efetivamente como objetivos do QuARC a partir dos quais a implementação concreta ou a elaboração de projetos viáveis deverá seguir-se. Na tabela 18 são fornecidos exemplos para melhor compreender como formular da forma mais eficaz as ações prioritárias identificadas na Tabela 17.

AÇÃO PRIORITÁRIA	FORMULAÇÃO PROPOSTA	QUALIDADE	PORQUÊ?
AÇÃO PRIORITÁRIA 1: PLANOS URBANOS	<i>Opção 1:</i> Elaborar planos urbanos que prestem especial atenção às estradas e drenagem, instalações de saúde e educação, alerta precoce e resposta a catástrofes, proteção dos recursos naturais, e água e saneamento.	fraca	Esta opção de formulação é demasiado ampla, e tenta abordar demasiados aspectos ao mesmo tempo.
	<i>Opção 2:</i> Elaborar planos urbanos integrados para as áreas mais vulneráveis da cidade que se concentrem nas questões prioritárias identificadas e sejam coerentes com os planos existentes.	forte	Esta opção de formulação é mais realista, específica e clara.
AÇÃO PRIORITÁRIA 2: MECANISMOS FINANCEIROS	<i>Opção 1:</i> Melhorar o sistema financeiro e aumentar o orçamento disponível para todas as questões prioritárias.	fraca	Esta formulação visa aumentar o orçamento sem uma estratégia clara e transfere a responsabilidade para um nível superior. Além disso, é aconselhável concentrar-se em questões prioritárias específicas.
	<i>Opção 2:</i> Melhorar a coordenação das finanças entre os diferentes departamentos envolvidos, a fim de aumentar o orçamento disponível para estradas e drenagem, resíduos sólidos, Sistema de Alerta Precoce, e proteção dos recursos naturais.	forte	Esta ação expressa uma abordagem clara para aumentar o orçamento e concentra-se em questões prioritárias com pontuações mais baixas sob o ponto de vista financeiro.
AÇÃO PRIORITÁRIA 3: ESTRADAS E DRENAGEM	<i>Opção 1:</i> Melhorar as estradas e a drenagem, através de melhores políticas, planos, governação, e intervenções.	fraca	As fraquezas desta formulação são: i) uma ação a nível municipal, não direccionada espacialmente; ii) todos os componentes do QuARC envolvidos.
	<i>Opção 2:</i> Formular políticas municipais, estatutos e preparar planos de desenvolvimento local que permitam uma melhor gestão das estradas e da drenagem.	forte	Esta formulação tenta ligar as principais componentes do QuARC (políticas, planos e intervenções) e sugere medidas implementáveis a nível local.
AÇÃO PRIORITÁRIA 4: SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE	<i>Opção 1:</i> Elaborar e implementar um plano de Sistema de Alerta Precoce.	fraca	Apesar de haver um enfoque específico no planeamento, esta formulação é ainda demasiado ampla.
	<i>Opção 2:</i> Em colaboração com os departamentos municipais envolvidos, e em boa coordenação com as entidades nacionais e subnacionais responsáveis, elaborar um plano de Sistema de Alerta Precoce para a cidade.	forte	Esta formulação procura um planeamento integrado e uma coordenação institucional.
AÇÃO PRIORITÁRIA 5: PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	<i>Opção 1:</i> Conceber e implementar medidas para assegurar a proteção dos recursos naturais com o objectivo de melhorar a resposta ao risco de catástrofe da cidade.	fraca	Esta formulação refere-se a todos os recursos naturais. Além disso, uma ação à escala da cidade pode não ser facilmente implementável.
	<i>Opção 2:</i> Identificar ecossistemas naturais sensíveis (por exemplo, rio, lago, floresta, etc.) que necessitam de ser protegidos e conceber soluções localmente adaptadas que reduzam o risco de catástrofe.	forte	Esta formulação é mais específica («ecossistemas sensíveis» em vez de «recursos naturais») e advoga por soluções locais.

TABELA 18
Exemplo de formulação fraca e forte de ações prioritárias



PROBLEMAS IDENTIFICADOS

AÇÕES PRIORITÁRIAS

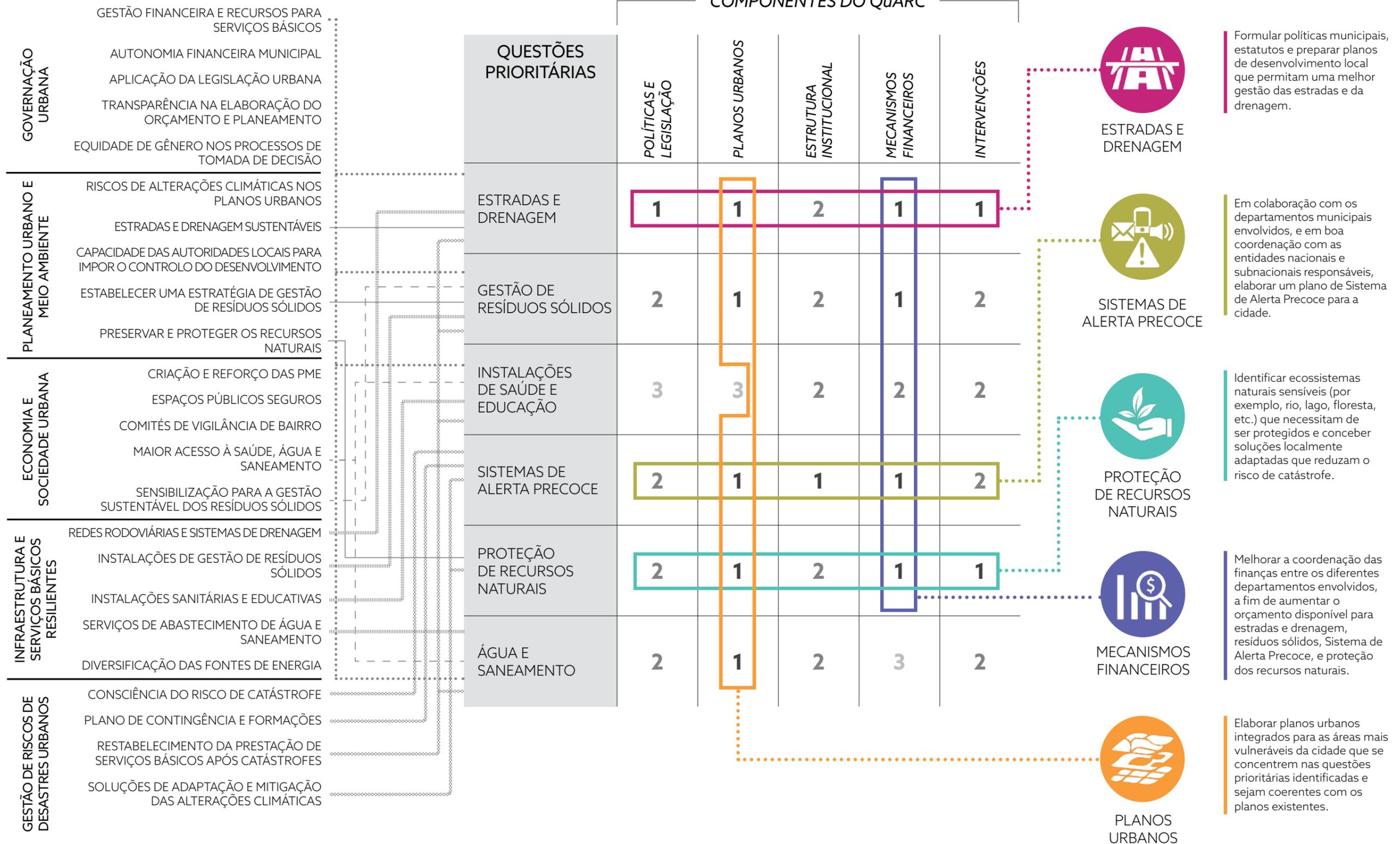


FIGURA 18 Exemplo da visão geral de um processo de implementação da Ferramenta CityRAP através das quatro fases, mostrando as ligações entre os problemas identificados, a Seleção das questões prioritárias, os componentes do QuARC, e os resultados da avaliação de base

Passo 3. Seminário de Formulação do QuARC

O objectivo deste seminário é rever os resultados da avaliação de base e o conjunto de ações prioritárias propostas para o QuARC juntamente com as partes interessadas relevantes (por exemplo, pessoal municipal, representantes governamentais, membros da comunidade, ONGs, sector privado, prestadores de serviços, o meio académico, etc.), e identificar atividades adequadas a curto, médio e longo prazo para preencher o QuARC.

A logística para o evento deve ser organizada pelos Pontos Focais Municipais com bastante antecedência, enquanto os formadores apoiam a preparação das principais apresentações/conteúdos do evento e revisam a agenda no dia anterior do seminário. Os principais pontos da ordem de trabalhos são:

- 1. Resumo do processo de implementação da Ferramenta CityRAP até ao momento:** um membro do Grupo de Formadores fornece um resumo conciso mas completo do processo realizado até ao dia do seminário, já que provavelmente haverá participantes na sala que não estiveram envolvidos nas fases anteriores. Em seguida, são explicados o âmbito e os resultados esperados do evento. Normalmente, recomenda-se a utilização do Power Point. É importante que a apresentação, para além das fases do processo, destaque as ligações entre os problemas identificados durante o Seminário de Priorização, a Seleção das questões prioritárias, os componentes do QuARC, e apresente os resultados da avaliação de base (ver exemplo na Figura 18).
- 2. Revisão e validação dos resultados da avaliação de base e das ações prioritárias propostas:** os Pontos Focais Municipais apresentam os resultados da avaliação de base e a fundamentação aplicada para a pontuação das questões prioritárias identificadas em relação às componentes do QuARC. Recomenda-se apresentar a avaliação de base para cada questão prioritária, em sequência. Posteriormente, é apresentada a tabela de

avaliação global de base, juntamente com as ações prioritárias propostas. Segue-se uma discussão plenária na qual podem ser feitas sugestões pelos participantes para melhorar o que foi proposto.

As seguintes perguntas podem ser usadas para moderar a discussão:

- > Estas ações prioritárias e marcos contribuem eficazmente para a construção da resiliência da cidade?
- > Estas ações abordam verdadeiramente as questões prioritárias (condutores da resiliência) selecionadas durante o Seminário de Priorização? Existem outras questões prementes que criam riscos e não estão a ser devidamente abordadas pelas ações prioritárias propostas?

Através deste diálogo, as ações prioritárias são revistas imediatamente e validadas pelos participantes.

- 3. Atividades de redação e atribuição de responsabilidades:** Os participantes são então divididos em grupos, um por ação prioritária, com o objectivo de debater as possíveis atividades a serem implementadas para alcançar uma ação prioritária específica. É importante que as atividades sejam tão específicas quanto possível; se forem explícitas no espaço, devem ser selecionadas áreas de implementação (por exemplo, poderão ser os bairros mais vulneráveis identificados durante os exercícios de cartografia participativa). Além disso, a tabela de avaliação de base utilizada para definir as ações prioritárias (ver Tabela 17) deve estar disponível para cada grupo, para ter em conta as intersecções que uma ação prioritária específica poderia eventualmente ter com as outras, pois pode ajudar a identificação das atividades (ver Tabela 19).

É necessário identificar uma instituição responsável para liderar a implementação de cada atividade em colaboração com as partes interessadas e parceiros interessados. A eficácia do trabalho da instituição líder será avaliada de dois em dois anos, como parte do



FIGURA 19 Exercício de grupo para elaborar as atividades e atribuir responsabilidades para cada ação prioritária durante o Seminário de Formulação do QuARC em Lusaka, Zâmbia. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

AÇÕES PRIORITÁRIAS	FORMULAÇÃO	ATIVIDADES
AÇÃO PRIORITÁRIA 1		
PLANOS URBANOS	Elaborar planos urbanos integrados para as áreas mais vulneráveis da cidade que se concentrem nas questões prioritárias identificadas e sejam coerentes com os planos existentes.	Atividade 1.1: Realizar um levantamento condicional de estradas no distrito e marcar estradas e drenagens a melhorar/construir (em colaboração com o departamento de gestão de resíduos sólidos por motivo da obstruções causadas pela acumulação de resíduos sólidos nos canais de drenagem) (ligado à AÇÃO 3) Atividade 1.2: Elaborar um plano abrangente de estradas e drenagem, com um enfoque específico em dois planos de desenvolvimento local para áreas vulneráveis. Assegurar que o plano global cumpre e está de acordo com o plano diretor (ligado à AÇÃO 3) Atividade 1.3: Identificar e localizar soluções chave, por exemplo, conceber formas de fuga para emergências, adaptar a concepção de infraestruturas verdes, etc. (ligado à AÇÃO 4 e à AÇÃO 5)
AÇÃO PRIORITÁRIA 2		
MECANISMOS FINANCEIROS	Melhorar a coordenação das finanças entre os diferentes departamentos envolvidos, a fim de aumentar o orçamento disponível para estradas e drenagem, resíduos sólidos, Sistema de Alerta Precoce, e proteção dos recursos naturais.	Atividade 2.1: Estabelecer um mecanismo de coordenação melhorado entre os diferentes departamentos municipais para uma melhor repartição orçamental Atividade 2.2: Estabelecer um plano de financiamento para recolher receitas da utilização do local de desova (para suportar os custos relacionados com a gestão de resíduos sólidos) Atividade 2.3: Introduzir taxas de estacionamento local para suportar os custos de melhoramento das estradas e drenagem (ligado à AÇÃO 3) Atividade 2.4: Introduzir sanções por não cumprimento dos planos de construção e eliminação de resíduos sólidos Atividade 2.5: Melhorar as estruturas do mercado e das estações de autocarros para aumentar a base de receitas
AÇÃO PRIORITÁRIA 3		
ESTRADAS E DRENAGEM	Formular políticas municipais, estatutos e preparar planos de desenvolvimento local que permitam uma melhor gestão das estradas e da drenagem.	Atividade 3.1: Conduzir avaliação da legislação e políticas de estradas e drenagem para identificar lacunas e barreiras relevantes Atividade 3.2: Elaborar as implicações das políticas sobre estradas de nível superior e drenagem a nível local e, em colaboração com os departamentos envolvidos, formular políticas adicionais (se necessário) que apoiem a implementação de planos relacionados e planos de desenvolvimento local Atividade 3.3: Assegurar que o plano de estradas e drenagem seja incluído no plano diretor, e preparar pelo menos dois planos de desenvolvimento local para melhorar as estradas e drenagem (dentro de assentamentos informais) (ligado à AÇÃO 1) Atividade 3.4: Construir/melhorar estradas e drenagem de forma resiliente, dando prioridade à implementação de pelo menos dois planos de desenvolvimento local (dentro de assentamentos informais)
AÇÃO PRIORITÁRIA 4		
SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE	Em colaboração com os departamentos municipais envolvidos, e em boa coordenação com as entidades nacionais e subnacionais responsáveis, elaborar um plano de Sistema de Alerta Precoce para a cidade.	Atividade 4.1: Consultas com as entidades responsáveis a nível nacional e subnacional para conceber um sistema de alerta precoce a nível da cidade Atividade 4.2: Estabelecer um comité municipal sobre sistemas de alerta precoce, incluindo representantes da comunidade Atividade 4.3: Criar uma unidade dentro de um departamento municipal existente para lidar com questões de alerta precoce e resposta a catástrofes Atividade 4.4: Incluir o alerta precoce e a resposta a catástrofes no orçamento municipal (ligado à AÇÃO 2) Atividade 4.5: Sensibilizar as comunidades e realizar treinamentos sobre risco e resposta a catástrofes, também relacionada com sistemas de alerta precoce Atividade 4.6: Identificar e estabelecer refúgios seguros (ligado à AÇÃO 1)
AÇÃO PRIORITÁRIA 5		
PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Identificar ecossistemas naturais sensíveis (por exemplo, rio, lago, floresta, etc.) que necessitam de ser protegidos e conceber soluções localmente adaptadas que reduzam o risco de catástrofe.	Atividade 5.1: Sensibilizar as comunidades sobre a importância dos ecossistemas naturais e a necessidade de os proteger Atividade 5.2: Rever os estatutos municipais existentes para proteger os ecossistemas naturais sensíveis Atividade 5.3: Capacitar as comunidades para gerir melhor estes ecossistemas e facilitar a identificação da geração de rendimentos Atividade 5.4: Implementar programas de reflorestação e arborização com as comunidades (ligado à AÇÃO 1)

TABELA 19 Exemplo de ações e atividades relacionadas

sistema de monitorização e avaliação a ser criado em apoio à implementação do QuARC.

Para elaborar as atividades, o grupo deve tentar responder às seguintes perguntas orientador:

- (i) Qual é a visão a longo prazo (10 anos) ou o resultado esperado para esta ação prioritária? Que princípios orientadores podem ser propostos para cumprir esta visão ou alcançar o resultado esperado?
- (ii) É possível propor ideias para a formulação de projetos viáveis e financiáveis a implementar a médio prazo (3-5 anos) para os quais é necessário desenvolver parcerias e alavancar fundos?
- (iii) Realisticamente, que atividades concretas podem ser levadas a cabo a curto prazo (0-2 anos) utilizando os meios e recursos disponíveis?

É importante verificar duas vezes todas as atividades elaboradas para cada ação prioritária, a fim de detectar qualquer possível redundância. Em caso de redundância, recomenda-se manter a atividade mais relevante e assinalar a ligação com outra ação (como é possível ver na Tabela 19, escrito a cores).

Entre as atividades definidas, é útil indicar quais poderiam ser transformadas em projetos rentáveis: este poderia ser um bom ponto de partida para redigir algumas notas de conceitos para futura angariação de fundos.

4. Discussão final: Todos os grupos apresentam aos restantes participantes os resultados dos seus trabalhos, em particular as atividades propostas e as entidades responsáveis. Uma vez concluídas todas as

apresentações e uma vez que haja acordo comum sobre as atividades selecionadas, é necessária uma dupla verificação para identificar possíveis redundâncias entre elas, ou a necessidade de fundir atividades pertencentes a diferentes ações prioritárias. Idealmente, as atividades deveriam ser categorizadas em curto (0-2 anos), médio (3-5 anos), e longo prazo (6-10 anos); ver exemplo de linha temporal na Tabela 20.

Um plano de 10 anos/longo prazo em conformidade com as agendas internacionais, tais como o Quadro Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana (válida até 2036), e considerando os planos de desenvolvimento nacionais e municipais devem também ser discutidos e definidos. No final da discussão, forja-se uma visão partilhada para a resiliência da cidade.

Passo 4. Reunião com autoridades municipais de alto nível

Enquanto o Grupo de Formadores ainda está em missão na cidade visada, e após ter consolidado os resultados do Seminário de Formulação do QuARC, é organizada uma reunião com as autoridades municipais de alto nível durante a qual são explicados os resultados do seminário e é feita uma primeira apresentação do QuARC. O objectivo é obter a orientação política necessária para a formulação do primeiro esboço consolidado do QuARC. Os Formadores apoiarão os Pontos Focais Municipais durante esta reunião de alto nível.

No.	AÇÕES PRIORITÁRIAS	LINHA DO TEMPO		
		curto prazo	médio prazo	longo prazo
1	PLANOS URBANOS	Atividade 1.1		Atividade 1.2
				Atividade 1.3
2	MECANISMOS FINANCEIROS	Atividade 2.1	Atividade 2.4	
		Atividade 2.2	Atividade 2.5	
		Atividade 2.3		
3	ESTRADAS E DRENAGEM	Atividade 3.1	Atividade 3.2	Atividade 3.4
			Atividade 3.3	
4	SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE	Atividade 4.1	Atividade 4.3	
		Atividade 4.2	Atividade 4.6	
		Atividade 4.4		
		Atividade 4.5		
5	PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Atividade 5.1	Atividade 5.3	
		Atividade 5.2	Atividade 5.4	

TABELA 20 Exemplo de linha temporal de todas as atividades

ATIVIDADE 3: PREPARAÇÃO DA PRIMEIRA VERSÃO CONSOLIDADA DO QuARC

Ao final desta atividade:

- > O primeiro esboço consolidado do QuARC é produzido pelos Pontos Focais Municipais com o apoio do Grupo de Formadores;
- > É criado um quadro de monitorização e avaliação.

completo do QuARC precisa de estar pronto. Nesta fase, para além das recomendações resultantes do Seminário de Formulação do QuARC, qualquer material, informação, dados ou ideia recolhidos desde o início do processo da Ferramenta CityRAP é útil. Por exemplo, devem ser utilizados os mapas produzidos durante o curso intensivo na Fase 1 e durante o planeamento participativo a nível do bairro na Fase 2.

Passo 2. Preencher o QuARC

Os Pontos Focais Municipais, com o apoio remoto do Grupo de Formadores, trabalham para a finalização do primeiro QuARC consolidado. De um ponto de vista prático, isto requer: i) integrar os comentários recebidos do Seminário de Formulação do QuARC e das autoridades municipais de alto nível; ii) redigir notas conceptuais a incluir no documento para o projeto financiável; iii) incluir um quadro de monitorização e avaliação.

Fichas de ação prioritária

A ficha de ação prioritária (exemplo na Tabela 21) é uma representação dos aspectos-chave - tais como atividades, nível de prioridades, indicadores, metas, entidade responsável, etc.- para cada ação prioritária. Inclui toda a informação em falta e é complementada com um mapa correspondente, se as atividades puderem efetivamente ser espacializadas.

Passo 1. Início da preparação do primeiro esboço consolidado do QuARC

Com base nos resultados do Seminário de Formulação do QuARC, e na orientação de alto nível da liderança do município, os Pontos Focais Municipais trabalharão com o apoio remoto do Grupo de Formadores para produzir um projeto consolidado do QuARC e preparar toda a documentação relevante para o seminário de validação programado idealmente no prazo de quatro semanas.

Assim, para o seminário de validação, um primeiro esboço

O QUE É O QUADRO DE AÇÃO DE RESILIÊNCIA DA CIDADE (QUARC)?

O QuARC é o produto final do processo de implementação da ferramenta City RAP. Destina-se aos funcionários da cidade, futuros prefeitos, governo central e potenciais doadores. Geralmente, compreende:

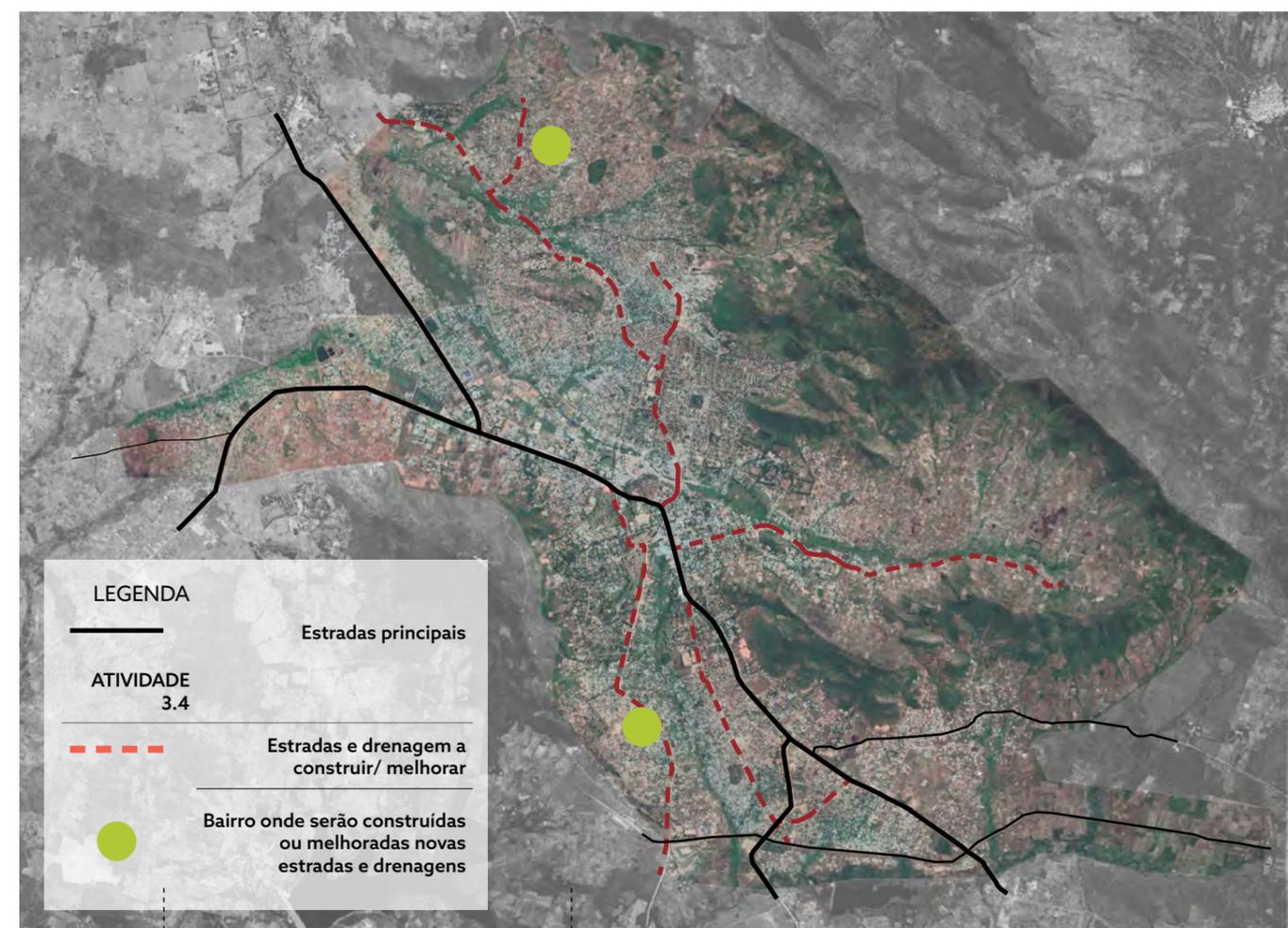
1. **Introdução/antecedentes**
2. **Perfil de risco rápido da cidade**, utilizando o questionário preliminar e o mapa de risco atualizado da cidade
3. **O processo CityRAP**, que inclui detalhes das diferentes fases de implementação (por exemplo, auto-avaliação municipal, planeamento participativo a nível comunitário, discussões de grupos focais, Seminário de Priorização, avaliação de base, Seminário de Formulação do QuARC)
4. **Visão geral do QuARC** (incluindo ações atividades prioritárias)
5. **Fichas de ações prioritárias** (ver exemplo na Tabela 21 na página seguinte)
6. **Notas conceptuais de projetos financiáveis**
7. **Quadro de monitorização e avaliação**
8. **Conclusões e caminho a seguir**

AÇÃO PRIORITÁRIA 3

ESTRADAS E DRENAGEM

Formular políticas municipais, estatutos e preparar planos de desenvolvimento local que permitam uma melhor gestão das estradas e da drenagem

ATIVIDADE (Projetos financiáveis indicados por “*”)	INDICADOR	OBJETIVOS	PRIORIDADE			LIGADO À AÇÃO PRIORITÁRIA	ENTIDADE RESPONSÁVEL
			CURTO	MÉDIO	LONGO		
ATIVIDADE 3.1 Conduzir avaliação da legislação e políticas de estradas e drenagem para identificar lacunas e barreiras relevantes	No. de propostas para preencher as lacunas identificadas no âmbito do organismo político	Redação de um texto atualizado de políticas e legislação, válido para o nível local, no prazo de um ano					Departamento de Estradas e Drenagem
ATIVIDADE 3.2 Elaborar as implicações das políticas sobre estradas de nível superior e drenagem a nível local e, em colaboração com os departamentos envolvidos, formular políticas adicionais (se necessário) que apoiem a implementação de planos relacionados e planos de desenvolvimento local	No. de políticas transpostas a nível local	Cumprir as normas nacionais já existentes dentro de 3 anos					Departamento de Estradas e Drenagem (em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Rodoviário a nível nacional, o departamento de proteção ambiental, o departamento de gestão de resíduos sólidos, e o departamento de planeamento)
ATIVIDADE 3.3 Assegurar que o plano de estradas e drenagem seja incluído no plano diretor, e preparar pelo menos dois planos de desenvolvimento local para melhorar as estradas e drenagem (dentro de assentamentos informais) (ligado à AÇÃO 1)	Ano de atualização do componente das estradas e de drenagem do plano diretor	Plano diretor integrado, incluindo um plano de estradas e drenagem atualizado, no prazo de 3 anos				1	Departamento de Estradas e drenagem, em colaboração com o Departamento de Planeamento
ATIVIDADE 3.4* Construir/melhorar estradas e drenagem de forma resiliente, dando prioridade à implementação de pelo menos dois planos de desenvolvimento local (dentro de assentamentos informais)	No. de Planos de Desenvolvimento Local implementados na sua componente de estradas e drenagem	Nova construção ou melhoramento de estradas selecionadas e drenagem dentro de duas áreas do Plano de Desenvolvimento Local (dando prioridade aos assentamentos informais) dentro de 5 anos					Departamento de estradas e drenagem, em colaboração com o departamento de planeamento, e o departamento financeiro



Uma legenda especificando que atividade estamos a localizar no mapa ajudará a uma leitura fácil.

Sempre que for relevante para a ação prioritária específica, poderá ser elaborado um mapa esquemático da cidade no qual as atividades concretas possam ser localizadas espacialmente. O mapa serve de ilustração para fundamentar o QuARC à realidade da cidade. Além disso, ou como alternativa, poderia ser elaborado um mapa abrangente onde se visualizam as atividades concretas para todas as ações prioritárias.

<i>Lista das atividades a realizar para a ação prioritária específica com uma breve descrição</i>	<i>Indicadores para avaliar o progresso de cada atividade</i>	<i>Metas baseadas nos indicadores selecionados</i>	<i>Prioridade para cada atividade: curto prazo (0-2 anos), médio prazo (3-5 anos) e longo prazo (6-10 anos)</i>	<i>Outras ações prioritárias, caso existam, para as quais a atividade específica está a contribuir</i>	<i>Instituição líder responsável pela implementação da atividade específica e entidades colaboradoras, se existirem</i>
---	---	--	---	--	---

COMO PREENCHER A ESTRUTURA DO QuARC PARA CADA AÇÃO PRIORITÁRIA?

MAPA DA CIDADE

TABELA 21
Exemplo de uma ficha de ação prioritária

Como mostra o exemplo da Tabela 21, cada ação prioritária deve incluir: (i) o âmbito da ação ; (ii) a lista de atividades, entre as quais as que têm potencial para se tornarem projetos rentáveis ; (iii) indicadores objetivamente verificáveis para avaliar o progresso de cada atividade; (iv) idealmente, linha de base e Objetivos, com base nos indicadores Seleccionados; (v) o nível de prioridade (curto, médio ou longo prazo); (vi) a instituição líder e as principais entidades colaboradoras; (vii) um mapa ilustrativo.

Notas conceptuais de projetos rentáveis

Las notas conceptuais dos projetos rentáveis a implementar a médio prazo (3-5 anos) poderiam ser redigidas sob a forma de um documento de duas páginas (como mencionado na Atividade 2). Isto pode ser feito com o apoio remoto do Grupo de Formadores. Uma proposta de índice para as notas de conceitos é apresentada na caixa abaixo.

Quadro de monitorização e avaliação

É importante que seja criado um quadro de monitorização e avaliação para apoiar a implementação efetiva do QuARC. Neste quadro, os papéis e responsabilidades das principais instituições/entidades são claramente definidos.

Um organismo/consultor externo/independente deve ser responsável pela monitorização dos progressos realizados na implementação do QuARC, idealmente de dois em dois anos, e informar a assembleia municipal ou, se não existir, outro organismo relevante com responsabilidades de supervisão sobre as cidades/governo. Em particular, deve ser realizada uma nova avaliação das questões prioritárias identificadas em relação às componentes do QuARC e comparadas com a base de referência para verificar se foram feitos progressos significativos.

Globalmente, o quadro de monitorização e avaliação deve responder às seguintes questões:

- > Em que medida é que a implementação das atividades do QuARC (0-2 anos) se segue ao que foi planeado?
- > Em que medida estão a ser mobilizados recursos, como previsto, através dos projetos formulados (3-5 anos)?
- > Em que medida é que o QuARC foi utilizada como quadro de referência, quando os planos, políticas e estratégias estão a ser implementados ou elaborados (por exemplo, por ocasião dos ciclos de planeamento obrigatórios do município)?
- > Até que ponto a implementação do QuARC teve impacto no estado geral de resiliência da cidade?

ÍNDICE PROPOSTO PARA AS NOTAS CONCEPTUAIS

A) TÍTULO DO PROJETO

B) LÓGICA E JUSTIFICAÇÃO

C) ESBOÇO DAS NOTAS CONCEPTUAIS DOS PROJETOS RENTÁVEIS

D) OBJECTIVO

E) RESULTADOS ESPERADOS

F) ATIVIDADES PLANEADAS

G) PRODUTOS/ ENTREGÁVEIS

H) DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

I) PARCEIROS-CHAVE

J) RISCOS E PRESSUPOSTOS

K) CALENDÁRIO

L) ORÇAMENTO ESTIMADO NECESSÁRIO

ATIVIDADE 4:

SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO, ENDOSSO FORMAL E DIVULGAÇÃO DO QuARC

Passo 1. Seminário de validação

Idealmente, no prazo de quatro semanas a partir do Seminário de Formulação do QuARC, um Seminário de Validação de meio dia é organizado pelos Pontos Focais Municipais com o apoio remoto do Grupo de Formadores. Recomenda-se a circulação do esboço do QuARC antes do seminário, a fim de dar tempo suficiente aos participantes para analisarem os documentos.

Ao contrário do Seminário de Formulação do QuARC, que é uma sessão mais técnica, o Seminário de Validação é um evento político. Idealmente, deveriam estar presentes autoridades de alto nível (especialmente o Prefeito), bem como potenciais doadores, parceiros-chave e os meios de comunicação social. É aconselhável que todo o processo de implementação da ferramenta CityRAP seja descrito novamente para que os participantes compreendam todo o trabalho realizado e a importância do QuARC, que acabou por ser totalmente preparada sob a liderança da própria cidade! A apresentação introdutória utilizada para o Seminário de Formulação do QuARC poderia ser utilizada, seguida da apresentação do primeiro esboço consolidado do QuARC.

Após esta apresentação, deve ser dado espaço para perguntas e respostas. No final do Seminário de Validação, graças aos comentários levantados pelas autoridades municipais e outras partes interessadas, os Pontos Focais Municipais têm toda a informação necessária para finalizar e editar o documento.

Ao final desta atividade:

- > O esboço do QuARC é apresentado e validado no seminário de validação;
- > O esboço do QuARC é finalizado pelos Pontos Focais Municipais com o apoio remoto do Grupo de Formadores;
- > São definidas uma campanha de disseminação e uma estratégia de angariação de fundos para o QuARC.

Passo 2. Apoio formal e divulgação

O QuARC é validado e editado deve ser formalmente aprovado pelas autoridades municipais de acordo com os seus próprios procedimentos, de modo a tornar-se um documento oficial do município. Posteriormente, deve ser preparado um plano claro para a sua divulgação, financiamento e implementação.

Uma vez finalizada o QuARC, o município tem um documento poderoso para iniciar a sua estratégia de angariação de fundos para implementar as atividades identificadas e aumentar progressivamente a resiliência da cidade.



FIGURA 20 Foto do grupo em Dondo, Moçambique. A Assembleia Municipal do Dondo aprovou formalmente o QuARC após a sua finalização em Março de 2020. Crédito: DiMSUR/ ONU-Habitat

ANNEXO 1

QUESTIONÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO

PILAR 1: GOVERNAÇÃO URBANA

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
CAPACIDADE ORGANIZACIONAL	1	Seu departamento municipal tem funcionários capacitados suficientes para realizar as tarefas diárias?	Sim, os funcionários têm as habilidades necessárias para executar suas responsabilidades diárias	A maioria dos funcionários têm as habilidades necessárias	Menos de metade dos funcionários têm as habilidades necessárias	O departamento tem poucos funcionários capacitados
	2	Seu departamento municipal tem funcionários que se preocupam ou têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco?	Sim, os funcionários preocupam-se e têm conhecimento sobre questões relativas às mudanças climáticas e/ou gerenciamento de risco	Sim, o departamento tem alguns funcionários com este tipo de preocupação ou conhecimento	Sim, o departamento tem pelo menos um funcionário com este tipo de preocupação ou conhecimento	Não, ninguém em nosso departamento tem este tipo de preocupação ou conhecimento
	3	Seu departamento municipal tem os equipamentos necessários para realizar suas funções?	Sim, departamento municipal tem os equipamentos necessários para realizar suas atividades diárias	O departamento tem a maioria dos equipamentos necessários	O departamento tem alguns dos equipamentos necessários	O departamento não tem equipamentos suficientes para realizar suas atividades diárias
	4	Você sente apoio da administração municipal para funcionários que querem melhorar suas habilidades e conhecimentos?	Sim, há um forte apoio da administração	Sim, existe algum apoio da administração	A administração não se opõe , mas também não encoraja os funcionários	Até agora não há políticas administrativas para capacitação de funcionários
	5	Existe um plano de manutenção de serviços básicos e infraestrutura na cidade, como água, saneamento básico, educação, saúde, gestão de resíduos, estradas, drenagem, eletricidade, etc.?	Sim, existem mecanismos efetivos que garantem uma boa manutenção e funcionamento de serviços básicos em todas as partes da cidade	Existem mecanismos efetivos de manutenção na maioria das partes da cidade	Existem alguns mecanismos de manutenção, mas apenas em poucas partes da cidade	Quase não existem mecanismos para manter os serviços básicos na cidade
	6	Sua cidade tem capacidade para aplicar a legislação urbana (exemplo: planos urbanísticos, códigos de construção, etc.)?	Sim, a cidade tem boa capacidade para aplicar a legislação urbana	A cidade tem capacidade moderada para aplicar a legislação urbana	Existem poucos meios para fazer cumprir as leis	Quase não existem meios para fazer cumprir as leis

RESPOSTAS

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO	7	Você considera que a atual estrutura municipal permite que cada departamento execute suas tarefas com eficiência?	Sim, a atual estrutura municipal é boa e permite que cada departamento execute suas tarefas com eficiência	A atual estrutura municipal necessita algumas melhorias para executar suas tarefas com eficiência	A atual estrutura municipal não é boa o suficiente para executar suas tarefas	Não, a atual estrutura municipal é fraca e precisa de muitas melhorias
	8	Como você avalia a cooperação e coordenação entre a municipalidade e órgãos externos, como o governo, o sector privado, a sociedade civil, etc.?	A municipalidade estabelece fortes mecanismos de cooperação e coordenação com vários parceiros e instituições externas	A cooperação e coordenação entre municipalidade e órgãos externos em geral é boa, mas poderia ser melhorada	Os mecanismos de cooperação e coordenação com órgãos externos não são muito bons	A municipalidade tem poucos mecanismos de cooperação e coordenação com instituições externas
	9	Você acha que a coordenação e a cooperação entre diferentes departamentos municipais é eficiente?	Sim, existem mecanismos que asseguram a coordenação e a cooperação eficientes entre diferentes departamentos municipais	A coordenação e a cooperação entre os departamentos é boa em geral, mas poderia ser melhorada	Os mecanismos de coordenação e cooperação não são eficientes o suficiente	A municipalidade tem poucos mecanismos de coordenação e cooperação entre seus departamentos
FINANÇAS MUNICIPAIS	10	Em sua opinião, no caso de um corte de verbas do governo central, a municipalidade poderia garantir suas funções e responsabilidades básicas apenas com recursos locais?	Sim, a municipalidade seria capaz de continuar com suas funções e responsabilidades básicas	Sim, mas a municipalidade não conseguiria manter completamente todas as suas funções e responsabilidades básicas	Não, a municipalidade não conseguiria manter todas as funções e responsabilidades básicas; e conseguiria manter algumas funções apenas por um tempo muito limitado	Não, isso não seria possível
	11	O quão previsíveis são os recursos financeiros municipais para o próximo ano?	São muito previsíveis	São suficientemente previsíveis	Não são suficientemente previsíveis	Imprevisíveis
	12	Você acha que o seu departamento tem recursos financeiros suficientes para levar a cabo as suas tarefas?	O orçamento do departamento é suficiente para levar a cabo todas as tarefas de forma eficiente e serve para as reservas para imprevistos	O orçamento do departamento é suficiente para realizar quase todas as tarefas necessárias	O orçamento do departamento permite que o departamento execute apenas as tarefas mais básicas	O orçamento do departamento é muito limitado, e muitas vezes não é suficiente para a realização das tarefas mais básicas

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL	13	Em que medida a municipalidade executa planeamento participativo consultando os residentes sobre suas necessidades e ideias?	O planeamento participativo é frequentemente feito, os moradores são frequentemente consultados sobre suas necessidades e opiniões sobre o planeamento	Os residentes geralmente são consultados sobre suas necessidades e opiniões para o planeamento	O público é raramente consultado sobre suas necessidades e opiniões para o planeamento	Não existem políticas e práticas de planeamento participativo
	14	Informações atualizadas sobre planeamento e orçamentos são acessíveis aos moradores da cidade?	Sim, os moradores são informados com regularidade e podem acessar facilmente este tipo de informação	Sim, a maioria deste tipo de informação está disponível e pode ser acessada pelos cidadãos	Este tipo de informação está disponível, mas não é muito acessível aos cidadãos	Este tipo de informação é raramente acessível aos cidadãos
	15	A municipalidade garante equilíbrio de gênero no processo de tomada de decisões?	Sim, existem mecanismos eficientes para garantir equilíbrio de gênero na tomada de decisões	O equilíbrio de gênero é na maioria das vezes garantido no processo de tomada de decisões	O equilíbrio de gênero é algumas vezes considerado no processo de tomada de decisões	Não existem mecanismos específicos de para garantir o equilíbrio de gênero na tomada de decisões

PILAR 2: PLANEAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE PLANEAMENTO	16	Seu departamento reúne informações para fins de planeamento de maneira eficiente?	Sim, uma ampla gama de informações desagregadas é sistematicamente coletada para fins de planeamento	Sim, informações são coletadas para várias questões, mas não é um processo sistemático e a maioria da informação não é desagregada	Algumas informações são coletadas quando há necessidades específicas para o planeamento	Não, pouca informação é coletada para planeamento
	17	Seu departamento municipal utiliza mapas para fins de planeamento?	Sim, mapas são utilizados sistematicamente para planeamento	Sim, mapas são utilizados para a maioria das questões de planeamento	Mapas são usados ocasionalmente para questões de planeamento	Não, mapas são raramente usados para o planeamento
PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO DE TERRA	18	Você acha que os planos urbanísticos existentes levam em consideração o futuro crescimento da cidade e identificam áreas de expansão?	Sim, o crescimento urbano é totalmente considerado nos planos urbanísticos existentes	O crescimento urbano é parcialmente considerado nos planos urbanísticos existentes	O crescimento urbano não é considerado o suficiente	Não, o crescimento urbano não é considerado ou não existem planos urbanísticos

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO DE TERRA (cont.)	19	Você acha que seu departamento leva em consideração informações sobre riscos naturais e efeitos das mudanças climáticas no processo de planeamento?	Sim, informações sobre riscos naturais e efeitos das mudanças climáticas estão totalmente integradas no processo de planeamento	Sim, este tipo de informação é frequentemente usada no processo de planeamento	Este tipo de informação é usada algumas vezes no processo de planeamento	Não, este tipo de informação não está disponível ou não é usada no processo de planeamento
	20	As áreas mais vulneráveis (exemplo: planícies inundáveis, litoral, áreas propensas a erosão, etc) são protegidas no planeamento urbano (por exemplo: construções não são permitidas)?	Sim, todas as áreas vulneráveis são identificadas e consideradas áreas de proteção	A maioria das áreas vulneráveis são consideradas áreas de proteção	Poucas áreas vulneráveis são consideradas áreas de proteção	Não, as áreas vulneráveis não são consideradas ou existem planos urbanísticos
	21	Como planos urbanos são implementados em sua cidade?	Todos os planos urbanos são implementados com eficiência	A maioria dos planos urbanos são implementados com eficiência	Apenas alguns planos são implementados	Planos urbanos são mal implementados ou não existem planos urbanos



FIGURA 21 Há consequências graves para as pessoas quando o planeamento urbano não tem em conta as condições geográficas e a topografia para atribuir parcelas. As fatalidades são evitadas por uma demarcação de parcelas que respeita as condições geográficas. Áreas de risco transformadas em locais recreativos (ou seja, espaços públicos) acrescentam valor às parcelas.

CÓDIGOS DE CONSTRUÇÃO	22	Se você considerar a qualidade das habitações existentes em sua cidade, o quão vulneráveis elas são aos desastres naturais, como inundações, ciclones, terremotos, etc.?	Não são vulneráveis porque as habitações são construídas para aguentar as ameaças naturais	As habitações não são muito vulneráveis	As habitações são moderadamente vulneráveis	As habitações são muito vulneráveis
-----------------------	----	--	---	--	--	--

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
CÓDIGOS DE CONSTRUÇÃO (cont.)	22	Se você considerar a qualidade das habitações existentes em sua cidade, o quanto vulneráveis elas são aos desastres naturais, como inundações, ciclones, terremotos, etc.?	Não são vulneráveis porque as habitações são construídas para aguentar as ameaças naturais	As habitações não são muito vulneráveis	As habitações são moderadamente vulneráveis	As habitações são muito vulneráveis
	23	Os códigos de construção levam em consideração os riscos mais prováveis e os mais severos aos quais a cidade está exposta?	Sim, os códigos de construção levam em conta todos os riscos possíveis que podem afetar a cidade	Sim, muitos riscos são considerados nos códigos de construção	Apenas poucos riscos são integrados em alguns códigos de construção	Riscos não são suficientemente considerados nos códigos de construção existentes
	24	Os códigos de construção existentes levam em consideração técnicas eco-friendly (mais ecológicas) e/ou o uso de materiais renováveis?	Sim, estes aspectos são totalmente considerados nos códigos de construção existentes	Sim, o uso de técnicas ecológicas e/ou materiais locais ou renováveis costuma ser mencionado nos códigos de construção existentes	Estes aspectos não são suficientemente mencionados nos códigos de construção existentes	Os códigos de construção existentes não levam em consideração estes aspectos
ESPAÇOS PÚBLICOS	25	Você acha que a cidade tem espaços públicos suficientes para assegurar a qualidade de vida, a circulação de pessoas e veículos, acessos a serviços, atividades recreativas, etc.?	Sim, a cidade tem espaços públicos suficientes	A cidade tem espaços públicos, mas deveria ter mais para garantir qualidade de vida, etc.	A cidade tem poucos espaços públicos e mais esforços são necessários para melhorar a situação	As cidade quase não tem espaços públicos
	26	Você acha que espaços públicos na cidade são bem distribuídos geograficamente de modo que todos os cidadãos tenham acesso a eles?	Sim, os espaços públicos são presentes em todos os bairros de maneira equilibrada	Os espaços públicos estão disponíveis na maioria dos bairros , mas faltam espaços nas áreas informais	Espaços públicos estão disponíveis somente nos bairros formais	Os únicos espaços públicos disponíveis estão localizados no centro da cidade
	27	Os espaços públicos existentes recebem manutenção adequada?	Sim, a manutenção é conduzida com regularidade e eficiência em todos os espaços públicos	A manutenção dos espaços públicos é conduzida com alguma frequência em todos os espaços	A manutenção dos espaços públicos é conduzida ocasionalmente e apenas em algumas áreas	Praticamente não existe manutenção dos espaços públicos existentes na cidade

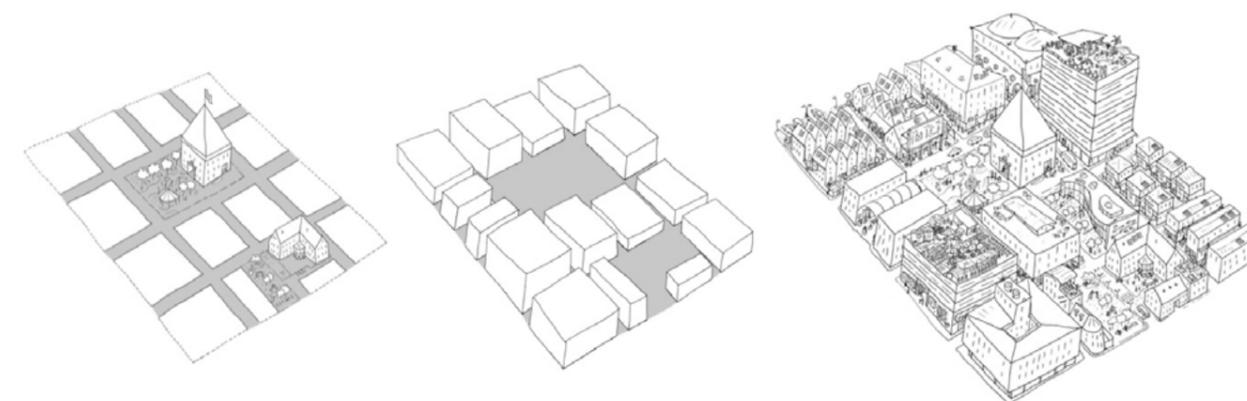


FIGURA 22 Uma cidade pode combater a desigualdade através da disponibilização de espaços públicos inclusivos, seguros e acessíveis. As ruas e espaços públicos são importantes motores do desenvolvimento econômico, revitalizam as áreas urbanas e aumentam os valores da terra e das propriedades.

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
ASSENTAMENTOS INFORMAIS	28	De acordo com sua percepção, qual é a proporção da população morando em assentamentos informais em sua cidade?	Menos de 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Mais de 75%
	29	A urbanização de favelas resulta em segurança de propriedade de moradia?	Sim, uma vez que assentamentos informais são urbanizados, todos os residentes conseguem títulos de propriedade/contratos de aluguel	Sim, uma vez que assentamentos informais são urbanizados, a maioria dos residentes conseguem títulos de propriedade/contratos de aluguel	Uma vez que assentamentos informais são urbanizados, apenas poucos residentes conseguem títulos de propriedade/contratos de aluguel	Urbanização de favelas na cidade resulta em pura gentrificação (todos os moradores de favelas são afastados para longe)
	30	O quanto eficiente são as estratégias e atividades da municipalidade para prevenir a formação de novos assentamentos informais?	As estratégias e atividades são muito eficientes e estão efetivamente prevenindo a formação de novos assentamentos informais	As estratégias e atividades são moderadamente eficientes porque novos assentamentos informais ainda estão se formando, porém mais lentamente	As estratégias e atividades não são eficientes o bastante porque assentamentos informais continuam se formando rapidamente	Não existem estratégias e atividades deste tipo
	31	De acordo com sua percepção, o quanto vulneráveis aos desastres naturais estão os assentamentos informais devido a sua localização?	Os assentamentos informais na cidade não estão expostos aos riscos naturais	Apenas alguns assentamentos informais estão localizados em áreas expostas aos riscos naturais	A maioria dos assentamentos informais estão localizados em áreas expostas aos riscos naturais	Todos os assentamentos informais estão localizados em áreas expostas aos riscos naturais

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					COMENTÁRIOS
		4	3	2	1		
ASSENTAMENTOS INFORMAIS (cont.)	32	O quão eficiente são as estratégias e atividades da municipalidade para urbanizar os assentamentos informais?	As estratégias e atividades são eficientes e estão melhorando consideravelmente as condições da maioria dos assentamentos informais, especialmente em termos de acesso a serviços básicos, infraestrutura e segurança de posse	As estratégias e atividades são moderadamente eficientes	As estratégias e atividades não são eficientes o bastante para melhorar substancialmente a vida dos moradores de favelas	Não existem estes tipos de estratégias ou atividades	



FIGURA 23

A urbanização de assentamentos informais é uma contribuição importante para a resiliência da cidade.

O UN-Habitat define assentamentos informais como: i) Áreas residenciais onde um grupo de unidades habitacionais foi construído em terrenos aos quais os ocupantes não têm direito legal, ou que ocupam ilegalmente; ii) Assentamentos não planejados e áreas onde a habitação não está em conformidade com os regulamentos atuais de planejamento e construção (habitação não autorizada).

GESTÃO AMBIENTAL	33	A municipalidade está se esforçando para deixar a cidade mais verde (arborizada)?	Sim, a municipalidade tem atividades para tornar toda a cidade mais verde (tais como plantação de árvores, criação ou manutenção de espaços verdes, etc.)	Sim, a municipalidade tem algumas atividades para tornar a cidade mais verde, mas a maioria está localizada em zonas específicas da cidade	A municipalidade tem poucas atividades para deixar a cidade mais verde	A municipalidade não tem atividades para tornar a cidade mais verde	
	34	Pelo que você sabe, a cidade está implementando atividades e projetos para preservar seus recursos naturais?	Sim, a cidade tem estratégias de longo prazo e implementa várias atividades para preservar seus recursos naturais	Sim, a cidade tem algumas atividades para preservar seus recursos naturais	A cidade se engaja muito pouco neste tipo de iniciativa	Este tipo de iniciativa não existe	

PILAR 3: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS RESILIENTES

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					COMENTÁRIOS
		4	3	2	1		
INSTALAÇÕES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	35	As instalações de saúde e educação têm suficiente pessoal qualificado?	Sim, todas as instalações de saúde e educação têm suficiente pessoal qualificado	A maioria das instalações de saúde e educação têm suficiente pessoal qualificado	Algumas das instalações de saúde e educação têm suficiente pessoal qualificado	A maioria das instalações de saúde e educação não têm suficiente pessoal qualificado	
	36	As instalações de saúde e educação foram construídas adequadamente e estão preparadas para suportar os impactos dos desastres naturais (enchentes, ciclones, terremotos, etc.)?	Sim, todas elas foram projetadas segundo princípios de arquitetura adaptativa	A maioria delas foi projetada segundo princípios de arquitetura adaptativa	A minoria delas foi projetada segundo princípios de arquitetura adaptativa	Não existe praticamente nenhuma consideração quanto aos impactos dos desastres naturais no projeto destas instalações	
	37	As instalações de saúde e educação são estrategicamente usadas como abrigo em caso de desastres naturais?	Sim , o uso destas instalações é parte da estratégia de gerenciamento de risco e elas são utilizadas como abrigo quando um desastre natural acontece	Algumas destas instalações são usadas como abrigo, mas há o que melhorar	Poucas instalações poderiam ser usadas como abrigo na cidade	Ainda não existe estratégia para utilizar estas instalações como abrigo em caso de desastres naturais	
	38	Você acha que instalações de saúde e educação estão organizadas para assegurar a continuidade de seus serviços em caso de um desastre?	Sim , existem mecanismos de contingência para efetivamente assegurar a continuidade de suas funções no caso de uma emergência	Existem alguns mecanismos para a continuidade dos serviços, mas eles nem sempre funcionam com eficiência no caso de um desastre	Existem poucas instalações capazes de continuar funcionando no caso de um desastre	Ainda não existem mecanismos para este propósito na cidade	

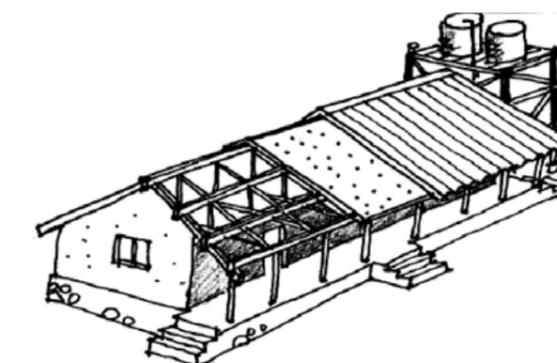


FIGURA 24 A, B Infraestruturas de educação. A construção de escolas elevadas protege contra as inundações. Telhados escolares reforçados protegem dos ciclones.

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS	
ÁGUA, SANEAMENTO E DRENAGEM	39	Pelo que você sabe, existem suficientes reservatórios de água e eles são seguros em caso de uma emergência?	Sim, existem suficientes reservatórios de água para aguentar o período de uma enchente ou seca, e eles estão localizados em áreas seguras (exemplo: elevados, aguentam tempestades fortes, etc.)	Existem alguns reservatórios de água com este fim e eles atendem às necessidades da maioria da população no acesso à água potável no caso de emergências	Existem poucos reservatórios de água com este fim na cidade	Quase não existem reservatórios de água seguros para o caso de uma emergência	
	40	Pelo que você sabe, existem sistemas de drenagem e saneamento (drenagem, latrinas, privadas, vasos sanitários, gestão de água de reuso, sistema de esgoto, etc.) projetados para aguentar chuvas fortes ou enchentes?	Sim, a maioria da cidade está equipada com sistemas de drenagem e saneamento projetados para este propósito, e eles funcionam bem em caso de chuvas fortes e enchentes	Existem alguns bairros da cidade equipados com tais sistemas de drenagem e saneamento que funcionam bem em caso de chuvas e enchentes fortes e persistentes	Existem poucos bairros da cidade equipados com tais sistemas de drenagem e saneamento, mas eles não suportam chuvas e enchentes fortes e persistentes	Quase não existem sistemas de drenagem e saneamento projetados para este propósito na cidade	
	41	Existem mecanismos de cobrança de impostos em sua cidade para financiar a prestação de serviços básicos (água, saneamento, gestão de resíduos sólidos, etc) e a drenagem e manutenção de estradas?	Sim, existem mecanismos de cobrança de impostos para financiar adequadamente a prestação de serviços básicos e a drenagem e manutenção de estradas na maioria das partes da cidade	Os mecanismos de cobrança de impostos permitem financiar parcialmente a prestação de serviços básicos e drenagem/ manutenção de estradas em algumas partes da cidade	Os mecanismos de cobrança de impostos apenas beneficiam um ou dois bairros da cidade em termos de serviços básicos e drenagem/ manutenção de estradas	Não existem mecanismos de cobrança de impostos efetivos na cidade	
	42	Você acha que os locais destinados ao depósito de resíduos sólidos (exemplo: lixão, aterro sanitário) estão bem localizados, foram adequadamente projetados e são gerenciados com eficiência?	Sim, os locais destinados ao depósito de resíduos sólidos estão em áreas seguras, foram bem projetados e são gerenciados com eficiência , com mínimo impacto no que se refere à poluição	Sim, os locais destinados ao depósito de resíduos sólidos estão em áreas seguras e foram projetados adequadamente, mas poderiam ser gerenciados com mais eficiência	Sim, os locais destinados ao depósito de resíduos sólidos estão em áreas seguras , mas existe poluição de ar/água devido a projetos ruins e gerenciamento ineficiente	Não, os locais destinados ao depósito de resíduos sólidos não estão bem localizados, nem foram adequadamente projetados para este fim (exemplo: são afetados por enchentes, estão localizados no meio da cidade, etc.)	

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (cont.)	43	A reciclagem faz parte das atividades de gerenciamento de resíduos em sua cidade?	Sim, a cidade tem serviço de reciclagem de lixo adequado beneficiando a todos os bairros	Sim, existem alguns mecanismos de reciclagem na cidade beneficiando a maioria dos bairros	A reciclagem de lixo apenas beneficia poucas partes da cidade	Não, ainda não existem mecanismos de reciclagem do lixo na cidade
	44	Com quanta frequência você costuma ter cortes de energia?	Menos de uma vez por mês	Menos de 5 vezes por mês	Pelo menos duas vezes por semana	Quase todo dia ou não temos
	45	A cidade tem mecanismos de contingência em caso de uma grande interrupção do fornecimento de energia?	Sim, o fornecimento de energia é sempre prontamente restabelecido em caso de interrupção	Sim, existem mecanismos para restabelecer o fornecimento de energia em um curto período de tempo na maioria das vezes	Sim, existem mecanismos , mas em geral podem durar por várias horas	Não, os mecanismos não são confiáveis
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	46	Em sua percepção, qual a proporção de moradores da cidade tem acesso a rádio ou TV diariamente?	Mais de 75%	Entre 50% e 75%	Entre 25% e 50%	Menos de 25%



FIGURA 25 (acima) Resíduos sólidos e infraestruturas. A qualidade das estradas é a chave para a gestão de resíduos sólidos. A prestação de serviços organizados como a recolha de resíduos é crucial para um sistema urbano funcional.



FIGURA 26 A, B (esquerda) Sistema de drenagem limpo para evitar inundações. Muitas vezes, os drenagens não são mantidos e transformam-se em lixeiras. O sistema não será capaz de evacuar a água da chuva se o despejo de resíduos estiver a bloquear o padrão natural de drenagem, gerando assim um desastre.

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				COMENTÁRIOS	
		4	3	2	1		
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO (cont.)	47	Em sua percepção, qual a proporção de moradores da cidade tem acesso a telefone (linha residencial ou telefone móvel/celular)?	Mais de 75%	Entre 50% e 75%	Entre 25% e 50%	Menos de 25%	
	48	Em sua percepção, qual a proporção de moradores da cidade com acesso à internet?	Mais de 75%	Entre 50% e 75%	Entre 25% e 50%	Menos de 25%	
	49	Como você classifica o trânsito nas áreas mais críticas da cidade?	É tranquilo mesmo durante as horas de pico	É moderadamente pesado durante as horas de pico	É pesado durante as horas de pico	É muito pesado durante o dia	
	50	As ruas e estradas da cidade são bem projetadas e à prova de inundações?	Sim, quase todas as ruas e estradas da cidade são bem projetadas e podem aguentar chuvas fortes e inundações	Sim, a maioria das ruas e estradas da cidade são bem projetadas e à prova de inundações	Apenas algumas ruas e estradas da cidade podem aguentar chuvas pesadas e inundações	A cidade não tem ruas e estradas projetadas para suportar chuvas pesadas e inundações	
	51	A cidade tem um sistema de transporte público eficiente?	Sim, existe um sistema de transporte público funcionando bem e com preços acessíveis cobrindo toda a área da cidade	Sim, existe um sistema de transporte público funcionando bem cobrindo a maior parte da cidade	Sim, mas este sistema apenas cobre alguns poucos bairros	Não, o sistema de transporte público não funciona bem	



FIGURA 27 Uma economia diversificada é a base para uma cidade resiliente a choques e estresses. Os diferentes resultados econômicos proporcionam às cidades a capacidade de crescimento sustentável porque não há dependência de um só tipo de rendimento.



FIGURA 28 Situação de segurança marcada num bairro de Antananarivo, Madagascar. Esquadra de polícia, bares, iluminação de rua, zonas consumidoras de drogas e outras zonas de preocupação estão marcadas. A segurança comunitária é um direito humano que determina o bem-estar.

PILAR 4: ECONOMIA E SOCIEDADE URBANA

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				COMENTÁRIOS	
		4	3	2	1		
ECONOMIA URBANA	52	A municipalidade apoia pequenas e médias empresas e mecanismos de microcrédito? (ou seja, a concessão de pequenos empréstimos ou microcréditos)?	Sim, existem várias iniciativas promovidas pela Prefeitura para apoiar pequenas e médias empresas e mecanismos de microcrédito que incluem mulheres, jovens e idosos	Sim, a municipalidade apoia pequenas e médias empresas e tem mecanismos de microcrédito, mas ainda precisa melhorar	A municipalidade desenvolveu uma estratégia de apoio a pequenas e médias empresas e microcrédito, mas eles não são implementados com eficiência ainda	Não existem tais estratégias ou iniciativas na cidade	
	53	Existe uma estratégia municipal eficiente para criação de oportunidades de trabalho e estimular negócios?	Sim, existe uma boa estratégia para criação de trabalho e estimulação de negócios que também considera as necessidades específicas de jovens, idosos e mulheres	Sim, existe tal estratégia, mas ela não funciona tão bem	Existem algumas iniciativas promovidas pela municipalidade, mas não há uma estratégia abrangente ou resultados positivos ainda	Não existem iniciativas promovidas pela municipalidade	
SEGURANÇA URBANA	54	O quão diversificada é a economia de sua cidade em termos de sectores e atores?	A economia é muito diversificada, envolve vários atores e sectores e gera vários produtos de agricultura, indústria e serviços. Ela proporciona aos cidadãos várias opções de subsistência e dá segurança a cidade caso geração de renda venha a ser interrompida.	A economia da cidade é diversificada, mas poderia ser feita mais para melhorar a estrutura da economia.	Existe pouca produção econômica em um ou dois sectores econômicos na cidade.	Um sector ou produto único domina a economia da cidade, o que reduz muito as opções de sobrevivência dos cidadãos e deixa a cidade dependente de apenas uma fonte de renda.	
	55	Qual afirmação melhor descreve a situação de sua cidade em relação a criminalidade e segurança?	Em geral, as pessoas se sentem seguras na cidade o tempo todo	Existem bolsões de crime isolados na cidade e estão sendo tomadas medidas para reduzir os riscos	Muitos bairros podem ser classificados como inseguros devido ao crime	A cidade em geral é insegura, perigosa e a criminalidade é alta	

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS	
SEGURANÇA URBANA (cont.)	56	Você considera que a municipalidade está fazendo o suficiente para manter os espaços públicos seguros (isto inclui segurança em ruas e estradas)?	Sim, a segurança é considerada pela municipalidade e os espaços públicos são seguros , com a especial atenção à mulheres, crianças e minorias	Sim, a segurança é normalmente considerada pela municipalidade, a maioria dos espaços públicos podem ser considerados seguros	A municipalidade ainda não está levando em consideração a segurança ; alguns episódios de criminalidade ocorrem nos espaços públicos e as acidentes de trânsito são frequentes	A maioria dos espaços públicos da cidade são inseguros , e há muitos acidentes de trânsito na cidade	
	57	Como você descreveria a presença policial (incluindo polícia comunitária) em sua cidade?	Geralmente, a força policial é presente todo o tempo em todas as partes da cidade	A força policial é presente em todas as partes da cidade, mas não todo o tempo	Em geral, a presença policial não é suficiente para garantir segurança na cidade	A presença policial é muito pequena na cidade	
	58	O que vem sendo feito em sua cidade para prevenir estupro e abuso sexual?	Existe uma boa estratégia municipal para prevenir estupro e abuso sexual sendo efetivamente implementada por meio de várias medidas (exemplo: campanhas educativas, canais de denúncia, treinamentos, planejamento urbano voltado à segurança, etc.)	Existem medidas com este propósito, mas ainda são necessárias melhorias para garantir a implementação	Existem algumas medidas , mas frequentemente elas não são bem executadas	Em geral, pouco vem sendo feito e casos de estupro e abuso sexual são altos	
SEGURANÇA ALIMENTAR	59	Como você avalia o acesso a alimentos em sua cidade?	A comida é disponível e os preços acessíveis a todos, e existem mecanismos de estoque e fornecimento de alimentos em caso de um desastre (exemplo: seca, enchente, etc.)	Em geral, alimentos são disponíveis e os preços acessíveis para a maior parte dos cidadãos, mas não existem mecanismos de fornecimento de para o caso de emergência	Em geral, os alimentos são disponíveis , mas os preços não são acessíveis para a maioria dos cidadãos	Há escassez de alimentos na cidade com frequentes altas de preços para alguns itens	

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS	
SEGURANÇA ALIMENTAR (cont.)	60	O que está a ser feito na cidade para melhorar o acesso a alimentos para todos?	Muito está a ser feito para garantir o acesso a alimentos na cidade, por exemplo, facilitando o transporte de alimentos dos arredores para a cidade e promovendo a agricultura periurbana (isto é, em lugares à margem das zonas urbanas)	Algumas iniciativas estão a ser realizadas, mas é preciso fazer mais para melhorar o acesso de todos os cidadãos a alimentos	Muito poucas iniciativas estão a ser realizadas para melhorar o acesso a alimentos na cidade	Nada de significativo está sendo feito para melhorar o acesso aos alimentos na cidade	
SAÚDE PÚBLICA	61	Sua cidade tem uma estratégia de saúde pública?	Sim, a cidade tem uma estratégia de saúde pública abrangente e efetiva que inclui campanhas educativas, prevenção de doenças e acesso a tratamentos, incluindo às pessoas mais vulneráveis	Sim, a cidade tem uma estratégia de saúde pública , mas ainda não é totalmente implementada	Não, a cidade não tem uma estratégia de saúde pública, algumas iniciativas são realizadas para melhorar a saúde pública	Não, a cidade não tem nenhuma estratégia de saúde pública e poucas atividades são implementadas para melhorar a saúde pública	
	62	A municipalidade está conduzindo campanhas de conscientização sobre epidemias que podem se espalhar rapidamente (exemplo: HIV/AIDS, Ebola, febre amarela, etc.)?	Sim, a municipalidade executa frequentes campanhas de conscientização para prevenir surtos de doenças em todos os bairros	Sim, a municipalidade executa algumas campanhas de conscientização sobre epidemias na maioria das partes da cidade	A municipalidade executa este tipo de atividade ocasionalmente , principalmente quando os surtos de doenças já iniciaram	Não há estratégia da municipalidade para executar este tipo de atividade	

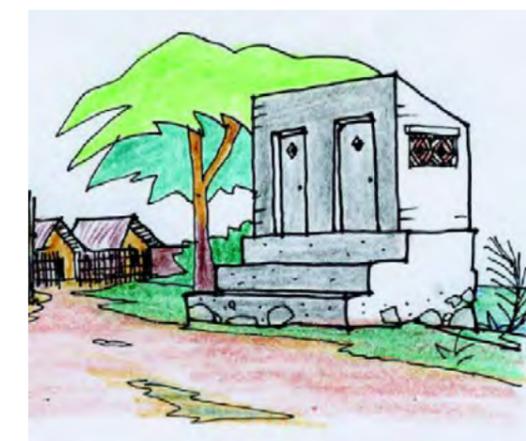


FIGURA 29 A, B
 Água da chuva e saneamento. (Esquerda) A colheita da água da chuva pode ser feita com vasos; devem então ser cobertos para evitar larvas de mosquitos. (Direita) Latrinas erguidas reduzem o risco de doenças transmitidas pela água e de epidemias durante as cheias.

PILAR 5: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES URBANOS

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS	
CONSCIENTIZAÇÃO E CONHECIMENTO DO RISCO	63	Em sua opinião, o quão conscientes estão os moradores da cidade quanto aos desastres naturais e riscos a que eles estão expostos?	Todos os moradores são cientes dos riscos a que estão expostos	A maioria dos moradores está ciente dos riscos a que está exposta, mas o nível de conscientização poderia ser melhorado	A maioria dos moradores não está ciente dos riscos a que está exposta	Apenas poucos moradores estão cientes dos riscos a que estão expostos	
	64	Existem campanhas de conscientização em sua cidade que informam e educam sobre desastres e impactos das mudanças climáticas?	Sim, a municipalidade tem uma estratégia de conscientização que assegura que todos os residentes estejam regularmente informados e educados sobre desastres e impactos das mudanças climáticas	Sim, a municipalidade conduz algumas atividades na cidade para aumentar a conscientização sobre desastres e impactos das mudanças climáticas, mas não regularmente	A municipalidade conduz poucas atividades para aumentar a conscientização sobre desastres e impactos das mudanças climáticas	Não existe estratégia para aumentar conscientização sobre desastres e impactos das mudanças climáticas e nenhuma atividade é realizada com este fim	
	65	Sua municipalidade utiliza avaliações de vulnerabilidade e risco para planejamento e gerenciamento urbano?	Sim, a municipalidade realiza regularmente avaliações de vulnerabilidade e risco que são usados sistematicamente para planejamento e gerenciamento urbano	A municipalidade realiza algumas avaliações de vulnerabilidade e risco que são usados para planejamento e gerenciamento urbano, mas são necessárias melhorias	Em geral, a municipalidade tem pouco acesso a avaliações de vulnerabilidade e risco, e ocasionalmente usa esta informação para planejamento e gerenciamento urbano	A municipalidade não tem acesso a avaliações de vulnerabilidade e risco da cidade	



FIGURA 30 A, B
As marcas das cheias ajudam a manter viva a memória das cheias.

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS					
		4	3	2	1	COMENTÁRIOS	
CONSCIENTIZAÇÃO E CONHECIMENTO DO RISCO (cont.)	66	Os funcionários municipais são treinados em gestão de risco de desastre?	Sim, todos os funcionários municipais são bem treinados e preparados em gestão de risco de desastre	A maioria dos funcionários recebeu treinamento específico para gestão de risco de desastre	Apenas alguns funcionários municipais receberam treinamento específico para gestão de risco de desastre	Muito poucos/nenhum funcionários municipais receberam treinamento específico para gestão de risco de desastre	
	67	Como funcionam os sistemas de alerta preventivos na cidade?	Os sistemas de alerta preventivos funcionam muito bem e efetivamente reduzem o risco de desastres	Os sistemas de alerta preventivos funcionam bem, mas poderiam ser melhorados	Os sistemas de alerta preventivos funcionam bem	Não existem sistemas de alerta precoce na cidade	
	68	Quão eficiente são os mecanismos de coordenação de sua municipalidade com outras instituições governamentais em prevenção e resposta a desastres?	Os mecanismos de coordenação são muito eficientes e melhoram a capacidade de prevenção e resposta	Os mecanismos de coordenação estão operacionais, mas poderiam ser melhorados	Os mecanismos de coordenação raramente levam a resultados efetivos em termos de prevenção e resposta a desastres	Não existem mecanismos de coordenação com este propósito	
PREPARAÇÃO E RESPOSTA	69	Sua municipalidade tem um plano de contingência que define o papel de cada departamento e é implementado com eficácia em época de desastre?	Sim, a municipalidade tem um bom plano de contingência que define o papel de cada departamento e é implementado com eficiência em época de desastre	Sim, a municipalidade tem um plano de contingência , mas a prática mostra que a implementação durante desastres pode ser melhorada	A municipalidade tem algum tipo de planejamento para contingência, mas a implementação não foi eficaz até o momento	A municipalidade não tem nenhum tipo de plano de contingência	
	70	O quão capaz sua cidade é em restabelecer a prestação dos serviços básicos depois de um desastre?	A municipalidade está bem organizada e é capaz de assegurar o pronto restabelecimento dos serviços básicos depois de um desastre em todos os bairros	O restabelecimento dos serviços básicos pode ser garantido na maioria dos bairros e dentro de um razoável período de tempo no caso de um desastre	A municipalidade é capaz de restabelecer os serviços principais apenas em alguns bairros dentro de um período de tempo razoável	Em geral, o restabelecimento dos serviços básicos na cidade pode demorar um longo tempo depois de um desastre	
	71	Em que medida os funcionários municipais conhecem o protocolo "building back better" ("reconstruindo melhor", por exemplo, reconstruindo infraestruturas danificadas, melhorando construções após desastres, assim eles poderão resistir melhor em desastres futuros)?	Todos os funcionários municipais relevantes são treinados e capazes de aplicar o protocolo "building back better" quando necessário	Alguns funcionários municipais têm conhecimentos gerais e habilidade para aplicar o protocolo "build back better"	Apenas alguns funcionários municipais têm conhecimento geral, mas nenhuma experiência prática no protocolo "build back better"	Os funcionários municipais não têm conhecimento sobre o protocolo "build back better"	



FIGURA 31 A, B
(Esquerda) Os Sistemas de Alerta Precoce permitem às pessoas, comunidades e organizações agirem corretamente para reduzir o impacto das catástrofes.
(Direita) Os refúgios seguros elevados e visíveis permitem que as pessoas estejam melhor preparadas em caso de emergência, como inundações.

TEMAS	Nº QUESTÕES	RESPOSTAS				COMENTÁRIOS
		4	3	2	1	
PREVENÇÃO	72	Sua municipalidade faz cumprir as leis (exemplo: regras de zoneamento urbano) que evitam construções de casas e infraestruturas em áreas expostas a desastres?	Sim, a municipalidade é capaz de fazer cumprir com eficiência as leis que evitam construções em todas as áreas demarcadas como vulneráveis	A municipalidade é capaz de fazer cumprir apenas parcialmente as leis que evitam construções em áreas vulneráveis	A municipalidade é pouco capaz de fazer cumprir as leis que evitam construções em áreas vulneráveis	A municipalidade não tem capacidade/ou leis para prevenir a construção em áreas vulneráveis
	73	Sua cidade tem infraestrutura de proteção (exemplo: barragens, diques, barreiras de avalanche, etc.) para evitar a exposição à desastres?	Sim, a cidade tem infraestruturas de proteção suficientes e com boa manutenção para evitar a exposição à desastres	Sim, a cidade tem algumas infraestruturas de proteção, mas elas poderiam ter uma manutenção melhor	A cidade tem poucas estruturas de proteção e/ou as estruturas não têm boa manutenção	A cidade não tem estruturas de proteção para evitar a exposição à desastres
ADAPTAÇÃO	74	Sua municipalidade promove soluções adaptativas para construções (exemplo: arquitetura adaptativa, planeamento de risco, etc) que melhoram a capacidade de lidar com os efeitos das mudanças climáticas?	Sim, a municipalidade promove várias soluções adaptativas em todos os sectores do planeamento e gestão urbanos	Sim, a municipalidade promove algumas soluções adaptativas às mudanças climáticas nos sectores mais relevantes	A municipalidade tem poucas iniciativas de adaptação às mudanças climáticas	A municipalidade ainda não incluiu adaptação às mudanças climáticas em suas políticas públicas
MITIGAÇÃO	75	Até onde você sabe, a municipalidade tem iniciativas para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa (exemplo: gás carbônico)?	Sim, a redução de gases causadores do efeito estufa é uma prioridade e várias medidas vem sendo implementadas (exemplos: uso de iluminação de LED, imposto de carbono, inspeção veicular, regulações industriais)	A cidade implementou algumas medidas para redução da emissão de carbono, com vários graus de sucesso	A cidade implementou poucas medidas para redução da emissão de carbono, e elas em geral não foram bem sucedidas	A cidade não tem estratégias para a redução da emissão de carbono

GLOSSÁRIO

AGRICULTURA PERIURBANA

A agricultura periurbana é geralmente definida como a agricultura praticada em locais à margem das zonas urbanas. Não existe uma definição universalmente aceita, e a utilização do termo depende geralmente do contexto e das variáveis operacionais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura define a agricultura periurbana como "práticas agrícolas dentro e em torno das cidades que competem por recursos (terra, água, energia, trabalho) que também poderiam servir outros propósitos para satisfazer as necessidades da população urbana". O termo "periurbano" utilizado para descrever a agricultura, embora difícil de definir em termos de geografia, densidade populacional, percentagem da força de trabalho na agricultura, ou qualquer outra variável, serve frequentemente o propósito de indicar áreas ao longo do continuum urbano-rural. Estes são lugares com uma paisagem dinâmica e mudanças sociais e são frequentemente invocados em conversas sobre o crescimento das cidades.

APROVEITAMENTO DE ÁREAS NÃO OCUPADAS

O aproveitamento de áreas não ocupadas é o processo de desenvolvimento de terrenos vagos ou subutilizados dentro de áreas urbanas existentes que já estão em grande parte desenvolvidas. A maioria das comunidades tem terrenos vazios significativos dentro dos limites das cidades, que, por várias razões, foram ultrapassados no curso normal da urbanização. Idealmente, o aproveitamento de áreas não ocupadas envolve mais do que o desenvolvimento fragmentado de lotes individuais. Em vez disso, um programa bem sucedido de aproveitamento de áreas não ocupadas deveria concentrar-se no trabalho de construção de bairros completos e bem funcionais. O aproveitamento de áreas não ocupadas é fundamental para acomodar o crescimento e redesenhar as cidades de modo a serem ambiental e socialmente sustentáveis.

ÁREA AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS

As áreas ambientalmente sensíveis são locais que possuem atributos ambientais especiais dignos de retenção ou cuidados especiais. Estas áreas são críticas para a manutenção de populações de plantas e vida selvagem produtivas e diversificadas. Exemplos incluem ecossistemas raros (como o carvalho Garry e ecossistemas associados encontrados no sudoeste da Colúmbia Britânica), habitats para espécies em risco (como prados de sálvia) e áreas que são facilmente perturbadas por atividades humanas (como afloramentos rochosos cobertos de musgo). Algumas destas áreas ambientalmente sensíveis são o lar de espécies que são significativas a nível nacional ou provincial, outras são importantes num contexto mais local. As suas dimensões variam desde pequenas manchas a extensas características paisagísticas, e podem incluir habitats raros e comuns, plantas e animais.

ARQUITETURA ADAPTATIVA

A arquitetura adaptativa é um campo multidisciplinar que

se ocupa de edifícios especificamente concebidos para se adaptarem aos seus ambientes, aos seus habitantes e objetos, bem como aos edifícios que são inteiramente movidos por dados internos.

ATIVIDADES ECOLÓGICAS

As atividades ecológicas nas áreas urbanas incluem cidades que se esforçam por reduzir os seus impactos ambientais através da redução dos resíduos, da expansão da reciclagem, da redução das emissões, do aumento da densidade habitacional enquanto expandem o espaço aberto, e do incentivo ao desenvolvimento de empresas locais sustentáveis. As atividades verdes urbanas incluem geralmente a criação e manutenção de espaços verdes, tais como parques; plantação e cuidado de árvores; e a criação de infraestruturas verdes, tais como jardins pluviais e telhados verdes.

AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE E DOS RISCOS

A avaliação da vulnerabilidade e dos riscos desenvolve uma compreensão holística e abrangente da vulnerabilidade e liga os atores em vários níveis de governação para identificar conjuntamente perigos e riscos e analisar as causas profundas das vulnerabilidades para grupos sociais distintos e para o ambiente. Mais tarde, os programas de concepção da avaliação da vulnerabilidade e dos riscos e as iniciativas de redução de riscos em conformidade, assegurando que são equitativos, sensíveis ao gênero e eficazes.

CÓDIGOS DE CONSTRUÇÃO

Os códigos de construção são um conjunto de regulamentos adotados por uma cidade para governar a construção de edifícios. Isto inclui regulamentos relativos a materiais, concepção estrutural, práticas de construção, segurança, serviços de construção (iluminação, ventilação, eletricidade, aquecimento/ar condicionado, escadas rolantes, canalização, abastecimento de água, drenagem, etc.) e especificações para um controlo administrativo e técnico adequado. Os códigos de construção estabelecem normas e requisitos para construção, manutenção e ocupação de edifícios no interesse da saúde, segurança e bem-estar do público.

EQUILÍBRIO DE GÊNERO

O equilíbrio de gênero é normalmente utilizado em referência aos recursos humanos e à participação igualitária de mulheres e homens em todas as áreas de trabalho, projetos ou programas. Num cenário de igualdade de gênero, espera-se que mulheres e homens participem proporcionalmente à sua quota-parte da população. Em muitas áreas, contudo, as mulheres participam menos do que seria de esperar com base na distribuição por sexo na população (sub-representação das mulheres), enquanto os homens participam mais do que o esperado (sobre representação dos homens).

ESPAÇO PÚBLICO

Um espaço público é um espaço social que é geralmente aberto e acessível às pessoas. Estradas (incluindo o

pavimento), praças públicas, parques e praias são tipicamente considerados espaço público. De forma limitada, os edifícios governamentais que estão abertos ao público, tais como bibliotecas públicas, são espaços públicos, embora tendam a ter áreas restritas e maiores limites de utilização. Embora não sejam considerados espaços públicos, edifícios privados ou propriedades visíveis de calçadas e vias públicas podem afetar a paisagem visual pública, por exemplo, através de publicidade exterior.

INFORMAÇÃO DESAGREGADA

Os dados desagregados referem-se a informação numérica ou não numérica que foi (1) recolhida de múltiplas fontes e/ou sobre múltiplas medidas, variáveis, ou indivíduos; (2) compilada em dados agregados, isto é, resumos de dados tipicamente para efeitos de relatórios públicos ou análises estatísticas; e depois (3) desagregada em partes componentes ou unidades mais pequenas de dados a um nível mais detalhado para o nível em que são tomadas observações detalhadas.

LEGISLAÇÃO URBANA

A legislação urbana é o conjunto de políticas, leis, decisões e práticas que regem a gestão e o desenvolvimento do ambiente urbano.

LEI DE ZONEAMENTO

A lei de uso e zoneamento do solo é a regulamentação do uso e desenvolvimento de bens imobiliários públicos e privados. O zoneamento é a forma mais comum de regulamentação do uso do solo, utilizado pelos municípios para controlar o desenvolvimento imobiliário local.

Os regulamentos de zoneamento tipicamente dividem um município (como uma cidade) em zonas residenciais, comerciais, e industriais. Assim, as leis de zoneamento destinam-se a manter um nível de ordem e eficiência dentro de um município, mantendo ao mesmo tempo cada zona optimizada para o fim a que se destina. Por exemplo, as leis de zoneamento asseguram aos proprietários de casas que uma fábrica ou loja de departamentos não abrirá do outro lado da rua. As leis de zoneamento também regulam os requisitos específicos para os tipos de edifícios permitidos em cada zona (restrições de altura, etc.), localização das linhas de abastecimento, requisitos de estacionamento.

MECANISMOS DE CONTINGÊNCIA

Um plano de contingência é uma linha de Ação concebida para ajudar uma organização a responder eficazmente a um evento ou situação futura significativa que possa ou não acontecer. Assegura a continuidade dos seus serviços em caso de catástrofe ou evento. A necessidade de elaboração de planos de contingência emerge de uma análise minuciosa dos riscos que a cidade enfrenta. É também útil para pensar em projetos novos e em curso: o que acontece quando o 'Plano A' não corre como esperado?

MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

Os mecanismos de coordenação dizem respeito à comunicação e administração eficazes entre vários departamentos governamentais e outras partes interessadas para conceber ou implementar políticas ou medidas concretas. A nível da implementação, um mecanismo de

coordenação poderia definir o fluxo de informação entre os diferentes níveis governamentais, a fim de definir estruturas de direção para um determinado programa ou rever a sua eficácia. O mecanismo de coordenação também facilita a distribuição do financiamento e do financiamento entre os diferentes níveis governamentais para implementar medidas. Os mecanismos de coordenação são os processos através dos quais os pontos de vista de múltiplos decisores são agregados para resolver problemas de escolha colectiva.

MECANISMOS DE MICROCRÉDITO

Sistemas e processos que estão em vigor para assegurar a disponibilidade e o fornecimento de microcrédito àqueles que dele necessitam. O microcrédito é a extensão de empréstimos muito pequenos (microempréstimos) a mutuários empobrecidos que normalmente não têm garantias, emprego estável e um historial de crédito verificável, ou seja aqueles que não podem qualificar-se para empréstimos de instituições financeiras tradicionais. Foi concebido não só para apoiar o empreendedorismo e aliviar a pobreza. Muitos mutuários são analfabetos e, portanto, incapazes de preencher a papelada necessária para obter empréstimos convencionais

RISCO DE DESASTRE

O risco de desastre é expresso como a probabilidade de perda de vidas, ferimentos ou destruição e danos causados por uma catástrofe num determinado período de tempo. O risco de catástrofe é amplamente reconhecido como a consequência da interação entre um perigo e as características que tornam as pessoas e os locais vulneráveis e expostos.

RISCOS NATURAIS

Os riscos naturais são fenômenos físicos causados por eventos de início rápido ou lento que podem ser geofísicos (terramotos, deslizamentos de terras, tsunamis e atividade vulcânica), hidrológicos (avalanches e inundações), climatológicos (temperaturas extremas, seca e incêndios), meteorológicos (ciclones e tempestades/tempestades) ou biológicos (epidemias de doenças e pragas de insetos/animais).

SEGURANÇA DA POSSE

Proteção legal concedida aos inquilinos de casas de habitação (geralmente ao abrigo de uma lei de arrendamento) contra aumentos arbitrários de renda e tentativas do senhorio para recuperar o imóvel através de despejo após a atualização dos assentamentos informais. O inquilino do imóvel detém o direito de o ocupar após a atualização, a menos que um tribunal decida em contrário.

SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE

Um sistema de alerta precoce é uma tecnologia e políticas e procedimentos associados concebidos para prever e mitigar os danos de catástrofes naturais e provocadas pelo homem e outros eventos indesejáveis. Os sistemas de alerta precoce para riscos naturais incluem os concebidos para inundações, terramotos, avalanches, tsunamis, tornados, deslizamentos de terras e secas. Existem outros sistemas para uma variedade de eventos, incluindo lançamento de mísseis, condições das estradas e surtos de doenças.

Ferramenta CityRAP

PLANEAMENTO DE AÇÕES DE

RESILIÊNCIA DA CIDADE

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

DiMSUR
Disaster Risk Management,
Sustainability and Urban Resilience